



Universidade Federal de Juiz de Fora
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Bruna de Castro Francisquini

Resgate à memória popular e reivindicação dos espaços urbanos:
Um olhar sobre o bairro Nossa Senhora de Fátima, Juiz de Fora - MG

Juiz de Fora

2023

Bruna de Castro Francisquini

Resgate à memória popular e reivindicação dos espaços urbanos:

Um olhar sobre o bairro Nossa Senhora de Fátima, Juiz de Fora - MG

Monografia apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal de Juiz de Fora como requisito
parcial para a conclusão da disciplina
Trabalho de Conclusão de Curso I.

Orientadora: Prof^a Dr Luciane Tasca

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Francisquini, Bruna de Castro.

Resgate à memória popular e reivindicação dos espaços urbanos : Um olhar sobre o bairro Nossa Senhora de Fátima, Juiz de Fora - MG / Bruna de Castro Francisquini. -- 2023.
96 p. : il.

Orientadora: Luciane Tasca

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, 2023.

1. Espaços Urbanos. 2. Senso de Comunidade. 3. Memória. I. Tasca, Luciane, orient. II. Título.

Bruna de Castro Francisquini

Resgate à memória popular e reivindicação dos espaços urbanos:

Um olhar sobre o bairro Nossa Senhora de Fátima, Juiz de Fora - MG

Monografia apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade
Federal de Juiz de Fora como requisito
parcial para a conclusão da disciplina
Trabalho de Conclusão de Curso I.

Aprovada em 16 de Janeiro de 2023

EXAMINADORA



Profª Dr Luciane Tasca - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este trabalho a meus pais por todo apoio e amor que me conferiram até aqui.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus, rocha firme na qual me apoiei nessa caminhada e sem a qual nada disso teria sido possível. Gratidão também a meus pais, por seus incentivos constantes, amor e paciência, mesmo quando não entendiam os processo que eu estava trilhando por não terem tido oportunidade semelhante a minha, oportunidade esta que só conquistei por vocês. Eu os amo incondicionalmente e espero ter a oportunidade de honrá-los como merecem. A meu irmão Thiago por sempre me incentivar a seguir em frente e correr atrás deste sonho e a meu irmão Diego pelas palavras de conforto e por me lembrar das dificuldades sobrevividas até aqui. A meu sobrinho Yago por me lembrar da quantidade de horas dedicadas e por me lembrar da importância do descanso para que este processo se mantivesse saudável. Em resumo, um agradecimento a todos os meus familiares que fizeram parte direta ou indiretamente desta etapa da minha trajetória e das outras que me trouxeram até aqui, aos ainda presentes e aqueles que já se foram, vocês são parte de quem sou e de quem virei a ser.

As amizades que têm um importante papel na minha vida em diferentes aspectos. Sou muito grata a Mariana pela parceria empregada até aqui, por ter vivido esta experiência paralelamente à minha e por isso saber me conceder o apoio necessário e me impulsionar a seguir em frente nos momentos de dúvida e apreensão. A Priscila e a Julie que assim como a Mariana são presentes que a graduação me proporcionou e às quais sou extremamente grata pela parceria tanto acadêmica quanto pela contribuição na minha formação enquanto pessoa e profissional. Aos amigos que já possuía antes do início desta trajetória e que me acompanharam até aqui, Larissa, Kamilla, Ana Eduarda, Vivian, Yuri e Manoel, nossa amizade é um pedaço muito especial da minha história e de quem sou e por isso sou grata.

Ao bairro Nossa Senhora de Fátima pelo qual tenho tanto carinho e a seus moradores que se disponibilizaram a me ajudar nessa pesquisa. A dona Elza, a primeira a me conceder seu tempo e confiança em compartilhar um período conturbado de sua própria história. A Sandra por ter sido guardiã dos documentos que tornaram possível a condensação de todas estas histórias nessa monografia. Um agradecimento também a aqueles que não tive a oportunidade de conhecer em

vida, mas, que através das documentações passei a reconhecer a importância e dedicação ao local que tenho a oportunidade de viver hoje.

Agradeço à minha orientadora Luciane Tasca pela parceria desempenhada em todo este processo e aos demais professores desta e de outras instituições que desempenharam papéis fundamentais na minha formação pessoal e profissional e que me inspiraram em diversas ocasiões. Sou grata também a todos aqueles que participaram deste início da minha vida profissional e da construção desta futura Arquiteta e Urbanista, vocês e os conhecimentos compartilhados serão sempre lembrados.

RESUMO

O trabalho tem por objetivo atuar como um registro das memórias que constituíram o bairro Nossa Senhora de Fátima, localizado na cidade de Juiz de Fora em Minas Gerais, e discutir os impactos da existência de espaços urbanos livres na manutenção do senso de comunidade. Os métodos utilizados na concepção da monografia foram a observação assistemática e a documentação indireta e, através deles, foi possível confirmar a hipótese inicial geradora da pesquisa. Demonstrou-se que os moradores do bairro em questão de fato se distanciaram tanto uns dos outros quanto de sua identificação com o bairro que residem na ocasião da perda de sua única área de lazer. Com isso, deseja-se conceber uma proposição projetual que favoreça o encontro e a interação interpessoal nestes espaços de forma a reivindicá-los em prol da população que é a sua verdadeira proprietária, assim como contribuir para uma retomada da identificação entre moradores e bairro.

Palavras-chave: Espaços Urbanos. Senso de Comunidade. Memória.

ABSTRACT

This work aims to record the memories that constituted the Nossa Senhora de Fátima neighborhood, located in Juiz de Fora, Minas Gerais, and discuss the impacts of free urban spaces in the maintenance of the sense of community. The methods used for this monograph were unsystematic observation and indirect documentation; through them, it was possible to confirm the initial hypothesis that generated the research. Since the only leisure area in the neighborhood was lost, the residents distanced themselves from each other and their identification with the region where they live. In this context, it is necessary to conceive a project proposition that favors the meeting and the interpersonal interaction through leisure areas. By this, we can reclaim those spaces on behalf of the population and retake the identification between residents and the neighborhood.

Keywords: Urban Spaces. Sense of Community. Memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	– Tráfego racionalizado na rua Voluntários da Pátria.....	32
Figura 02	– Esquema demonstrando a intervenção apelidado de “oásis” na esquina da rua Voluntários da Pátria com a rua Nelson Mandela.....	33
Figura 03	– Mobiliários urbanos dos oásis.....	33
Figura 04	– Piso em tabuleiro de xadrez dos oásis.....	33
Figura 05	– Largo do Humaitá: esquina “oásis”.....	34
Figura 06	– Trecho de intervenção da rua Humaitá sem manutenção.....	35
Figura 07	– Jardim Botânico San Pablo.....	40
Figura 08	– Planta baixa Jardim Botânico San Pablo.....	41
Figura 09	– Parede vertical Jardim Botânico San Pablo.....	41
Figura 10	– Usuários do Jardim Botânico San Pablo.....	42
Figura 11	– Desenhos técnicos do espaço livre de Delícias.....	43
Figura 12	– Mobiliários urbanos encontrados no local.....	43
Figura 13	– Intervenção do programa <i>Estonoesunsolar</i> em Delícias.....	44
Figura 14	– Colonos alemães em frente a atual Paróquia de São Pedro.....	50
Figura 15	– Vista da Colônia de São Pedro.....	50
Figura 16	– Regiões Urbanas da Zona Oeste de Juiz de Fora.....	52
Figura 17	– Mapa do bairro Nossa Senhora de Fátima com delimitação feita pela autora.....	56
Figura 18	– Planta do loteamento Jardim de Fátima em situação primitiva.....	59
Figura 19	– Planta do loteamento Nossa Senhora de Fátima.....	60
Figura 20	– Demarcação dos antigos loteamentos na conformação atual do bairro Nossa Senhora de Fátima.....	61
Figura 21	– Recorte de Jornal a respeito da situação do escadão.....	63
Figura 22	– Relação da alteração dos nomes das ruas do bairro Nossa Senhora de Fátima.....	66
Figura 23	– Reportagem Jornalística sobre o bairro Nossa Senhora de Fátima e suas reivindicações.....	68
Figura 24	– Indicação de acessos ao bairro Nossa Senhora de Fátima.....	70
Figura 25	– Mapeamento dos pontos de ônibus do bairro Nossa Senhora de Fátima e suas condições.....	71

Figura 26	– Pontos de ônibus com abrigo do bairro Nossa Senhora de Fátima...	71
Figura 27	– Pontos de ônibus com abrigo do bairro Nossa Senhora de Fátima...	71
Figura 28	– Pontos de ônibus sem abrigo do bairro Nossa Senhora de Fátima...	72
Figura 29	– Pontos de ônibus sem abrigo do bairro Nossa Senhora de Fátima...	72
Figura 30	– Ônibus 547 que atende o bairro Nossa Senhora de Fátima.....	73
Figura 31	– Mapa de usos do bairro Nossa Senhora de Fátima.....	74
Figura 32	– Mapa de Gabaritos do bairro Nossa Senhora de Fátima.....	75
Figura 33	– Edificações com baixo padrão construtivo do bairro Nossa Senhora de Fátima.....	77
Figura 34	– Edificações com baixo padrão construtivo do bairro Nossa Senhora de Fátima.....	77
Figura 35	– Edificações com baixo padrão construtivo do bairro Nossa Senhora de Fátima.....	78
Figura 36	– Edificações com baixo padrão construtivo do bairro Nossa Senhora de Fátima.....	78
Figura 37	– Casa de médio padrão construtivo do bairro Nossa Senhora de Fátima.....	79
Figura 38	– Casa de médio padrão construtivo do bairro Nossa Senhora de Fátima.....	79
Figura 39	– Casas de médio padrão construtivo do bairro Nossa Senhora de Fátima.....	80
Figura 40	– Casas de médio padrão construtivo do bairro Nossa Senhora de Fátima.....	80
Figura 41	– Casa de médio padrão construtivo do bairro Nossa Senhora de Fátima.....	80
Figura 42	– Escadão do bairro Nossa Senhora de Fátima.....	81
Figura 43	– Mapa de Iluminação Pública do Bairro Nossa Senhora de Fátima....	82
Figura 44	– Barragem construída por moradores.....	83
Figura 45	– Reportagem onde os moradores reivindicam sede comunitária e praça.....	84
Figura 46	– Campinho de futebol do bairro Nossa Senhora de Fátima.....	85
Figura 47	– Campinho de futebol do bairro Nossa Senhora de Fátima.....	85
Figura 48	– Campinho de futebol do bairro Nossa Senhora de Fátima.....	86

Figura 49	– Campinho de futebol do bairro Nossa Senhora de Fátima.....	86
Figura 50	– Mapeamento dos terrenos disponíveis no bairro Nossa Senhora de Fátima.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMF	Associação dos Moradores de Fátima
AMFCU	Associação dos Moradores de Fátima e Cidade Universitária
APO	Análise Pós Ocupação
CESAMA	Companhia de Saneamento Municipal
DAE	Departamento de Água e Esgoto
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMCASA	Companhia Municipal de Habitação e Inclusão Produtiva
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PROSANEAR	Programa de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para as Populações de Baixa Renda em Áreas Urbanas
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
2.	CONCEITUANDO ESPAÇOS URBANOS	16
2.1.	ESPAÇOS URBANOS FORMALMENTE CONSTITUÍDOS	24
2.2.	ESPAÇOS URBANOS INFORMAIS.....	26
2.3.	ESPAÇOS LIVRES E O SENSO DE COMUNIDADE.....	26
3.	ESTUDO DE CASO.....	30
3.1.	RIO CIDADE: O URBANISMO DE VOLTA ÀS RUAS.....	31
3.1.1.	Botafogo: Rua Voluntários da Pátria.....	31
3.2.	ESTONoesunsolar	38
3.2.1.	Distrito de San Pablo.....	40
3.2.2.	Delicias.....	42
3.2.3.	Considerações sobre o Estonoesunsolar.....	44
4.	JUIZ DE FORA E SUA CONFORMAÇÃO URBANA	45
4.1.	ESPAÇOS LIVRES EM JUIZ DE FORA.....	47
5.	REGIÃO OESTE: A CIDADE ALTA.....	49
5.1.	HISTÓRICO.....	49
5.2.	CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS.....	52
5.3.	ESPAÇOS LIVRES REGIÃO OESTE.....	55
6.	O BAIRRO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA.....	56
6.1.	HISTÓRICO.....	57
6.2.	CONTEXTO ATUAL.....	69
6.3.	SITUAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO BAIRRO.....	83
6.4.	PROBLEMÁTICAS E POTENCIALIDADE.....	88
7.	DIRETRIZES PROJETUAIS.....	90
8.	CONCLUSÃO.....	91
	REFERÊNCIAS	94

1. INTRODUÇÃO

O trabalho almeja retratar as memórias que constituíram o bairro Nossa Senhora de Fátima, discutir a influência das modificações urbanas sofridas na região sobre o comportamento e a convivência entre os moradores e estudar uma proposição projetual que favoreça áreas que incentivem o encontro e a interação entre eles.

A temática surge quando é descoberta uma intersecção entre minha visão enquanto moradora e enquanto graduanda de Arquitetura e Urbanismo. Segundo TUAN (2013, p.20) *“Quando residimos por muito tempo em determinado lugar, podemos conhecê-lo intimamente, porém a sua imagem pode não ser nítida, a menos que possamos também vê-lo de fora e pensemos em nossa experiência”*. Desta forma, desejo construir através desta monografia uma visão nítida deste local, analisando do ponto de vista urbanístico as questões que o envolvem e quais as implicações destas na forma em que vive a população da comunidade, principalmente na perspectiva da escassez de espaços livres urbanos em geral e mais especificamente os destinados ao lazer.

As limitações da pesquisa estão atreladas a obtenção de informações a respeito do bairro, uma vez que se tratando de um ambiente periférico e de menores dimensões sofre com o distanciamento dos órgãos públicos, como por exemplo a Prefeitura de Juiz de Fora, além de nunca ter sido objeto de estudo de demais pesquisadores. Ademais, sua estrutura informal faz com que muitas das informações a seu respeito sejam obtidas através de relatos orais transmitidos entre moradores, registros documentais feitos pela Associação de Moradores, como por exemplo as atas de reuniões, e matérias jornalísticas encontradas durante a pesquisa.

Dito isso, a metodologia científica implementada nesta monografia se baseia em Marconi e Lakatos (2003). Dentre os métodos utilizados há a observação assistemática, que segundo os autores: *“[...] consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas”* (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 192). Foi também utilizada a documentação indireta, combinando a pesquisa documental, no que diz respeito ao

local analisado, e a pesquisa bibliográfica a fim de construir maior aprofundamento em relação à temática estudada, ou seja, os espaços públicos.

Partindo dessas conformações, o trabalho será constituído por estudos a respeito de espaços urbanos e sua relação com a construção do senso de comunidade da população que o circunda. Em seguida, passaremos por estudos de caso que investigam diferentes abordagens de se fazer um projeto urbano. Será abordado também o contexto da cidade de Juiz de Fora, bem como o da região da Cidade Alta e mais especificamente o do bairro Nossa Senhora de Fátima. Por fim, serão apresentadas as diretrizes que nortearão a proposta projetual e que foram construídas visando suprir as demandas identificadas no decorrer do trabalho, e as respectivas conclusões a respeito do todo acompanhadas das referências bibliográficas.

2. CONCEITUANDO ESPAÇOS URBANOS

Considerou-se relevante compreender conceituações abrangidas pela temática ampla dos espaços urbanos. Para isso, foi utilizado como direcionamento os apontamentos feitos por Mendonça (2007) em seu artigo nomeado “Apropriações do espaço público: alguns conceitos”, a fim de selecionar os tópicos que mais se relacionam com o propósito da presente pesquisa. Partindo deste princípio, inicia-se com uma reflexão a respeito do que seriam espaços públicos e espaços privados e se esta definição se demonstra adequada de acordo com a perspectiva de diversos autores. Em seguida, abordou-se a nomenclatura utilizada por Carneiro e Mesquita (2000) a respeito dos espaços edificados e dos espaços livres e suas respectivas subdivisões.

Iniciando com os espaços públicos, são inúmeras as formas de se conceituar o que são considerados e é possível fazê-lo em diferentes perspectivas. Uma delas é a de Herman Hertzberger (1999) que diz que:

[...] pública é uma área acessível a todos a qualquer momento; a responsabilidade por sua manutenção é assumida coletivamente. Privada é uma área cujo acesso é determinado por um pequeno grupo ou por uma pessoa, que tem a responsabilidade de mantê-la (HERTZBERGER, 1999, p.12).

Portanto, na perspectiva do autor os espaços públicos têm enquanto antagonista os espaços privados, e a definição destes se dá quanto a acessibilidade a eles e a quem pertence a responsabilidade de sua manutenção.

Há também quem caracterize esta diferenciação através de uma análise do comportamento humano nestes ambientes. Roberto DaMatta (1997) pontua a existência de um comportamento socialmente aceito quando se está em um espaço público, representado em sua fala pela rua, e quando se está no espaço privado, representado pela casa.

[...] estou me referindo a espaços, a esferas de significação social - casa, rua e outro mundo - que fazem mais do que separar contextos e configurar atitudes. [...] esferas de sentido que constituem a própria realidade e que permitem normalizar e moralizar o comportamento por meio de perspectivas próprias (DAMATTA, 1997, p.33).

É possível que isto esteja atrelado a uma noção de que o espaço público apesar de espacialmente pertencer a todos provoca um despertar de uma autoconsciência mais individualista, o chamado “cada um por si”. Enquanto isso, o espaço privado, como por exemplo a casa, espacialmente representa uma localização particular e no entanto desperta nos moradores uma sensação de coletividade, em que todos os participantes se envolvem uns com as questões dos outros. DaMatta (1997) reforça essa percepção quando nos diz que a casa é tida como um local “*onde não existem indivíduos e todos são pessoas*” (DAMATTA, 1997, p.37).

O comportamento individualista identificado nos espaços públicos parte de uma tentativa de evitar conflitos com desconhecidos, fugir do imprevisível, que é o contrário do que vivenciamos em nossas casas e em ambientes que convivemos com aqueles que temos maior proximidade e que portanto conhecemos e sabemos o que esperar de seus comportamentos. Em outro momento, DaMatta (1997) discute que a sensação de insegurança em áreas públicas está relacionada com o fato de que estes ambientes pertencem a todos, e mais especificamente ao governo, dessa forma aqueles ali presentes serão julgados em teoria de maneira igualitária, enquanto que no espaço privado as regras são dadas por aqueles que o possuem, e que portanto têm um controle sobre os acontecimentos ali vividos.

Hertzberger (1999) considera também que esta oposição entre individualismo e coletivismo acaba sendo uma perda nos dois aspectos, pois em um não se vê a humanidade como um todo, apenas partes dela, e em outro somos tidos apenas enquanto sociedade. Além disso, a glorificação do individualismo é dita por ele como uma forma de amenizar o desespero causado pelo isolamento, cada vez mais presente na forma de viver na nossa sociedade devida as consequências do modo de produção capitalista ao qual estamos inseridos, e por outro lado, o coletivismo moderno atua enquanto barreira para que sejam evitadas decisões que envolvam responsabilidade pessoal.

Um importante viés na análise do espaço é a sua relação com o tempo. Para DaMatta (1997), estes são indissociáveis pois constroem e são construídos um pelo outro. Santos (1985), demonstra estar de acordo com essa percepção quando diz que: *"A noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistema de tempo. A cada momento da história, local, regional, nacional ou mundial, a ação das diversas variáveis depende das condições do correspondente sistema temporal"* (SANTOS, 1985, p.17). Santos (1985), acrescenta que a dimensão temporal no tocante a organização do espaço deve ser considerada em escala mundial, uma vez que *"o comportamento dos subespaços do mundo subdesenvolvido está geralmente determinado pelas necessidades das nações que estão no centro do sistema mundial"* (SANTOS, 1985, p.16). E isso pode ser atrelado ao modo de produção capitalista ao qual estamos inseridos e que confere valor aos espaços como abordado na citação a seguir:

Estamos diante de um espaço-valor, mercadoria cuja aferição é função de sua prestabilidade ao processo produtivo e da parte que toma na realização do capital. Por isso, nas cidades (como, de resto, nos demais subespaços nacionais), as diversas frações do território não têm o mesmo valor e, igualmente, estão sempre mudando de valor (SANTOS, 1985, p.44).

A influência do nosso modo de produção é notável também quando percebemos que nossas decisões quanto ao uso do tempo e ocupação dos espaços estão condicionadas ao status de estarmos ou não trabalhando. Como por exemplo, a diferenciação entre os espaços que ocupamos nos nossos dias de folga e nos de trabalho e, até mesmo, a percepção que temos dos dias da semana. Tudo isso se molda através da reflexão de estarmos ou não trabalhando e produzindo. Milton

Santos (1985) exemplifica um paralelo direto entre nossa sociedade, sua produção e os espaços:

[...] A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história - mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade (SANTOS, 1985, p.36).

Para muitos a classificação dos espaços enquanto públicos ou privados é uma classificação reducionista que se baseia no funcionalismo muito valorizado pelos modernistas. *"O planejamento urbano racionalista acaba se transformando numa espécie de taylorismo urbano, que segrega, particulariza e disciplina os espaços. E as atividades por consequência [...]"* (SANTOS e VOGEL, 1985, p.135). Esta discordância parte do princípio que o espaço urbano como um todo, mesmo que contenha parcelas classificadas enquanto públicas e enquanto privadas, têm estas indissociáveis entre si. Este é um ponto de concordância entre todos os autores citados até então.

Começando por Roberto DaMatta (1997), sua análise é feita na perspectiva da vivência humana, em que ele define o público pela figura da rua e o privado pela figura da casa, no entanto, não nega que há uma relação dinâmica e complementar entre ambos os espaços. Isso pode ser observado quando a casa possui espaços que se assemelham e se aproximam da rua, como aqueles que a comunicam com o exterior, e também a rua é tida e apropriada como casa de alguns grupos de indivíduos, como por exemplo a população em situação de rua. Herman Hertzberger (1999) também faz um comentário sobre essa simbiose entre os conceitos de espaço público e espaço privado em que se pode ver um pouco de um dentro do outro e especifica as características que ele considera que diferem e classificam estes locais:

Uma área aberta, um quarto ou um espaço podem ser concebidos como um lugar mais ou menos privado ou como uma área pública, dependendo do grau de acesso, da forma de supervisão, de quem o utiliza, de quem toma conta dele e de suas respectivas responsabilidades (HERTZBERGER, 1999, p.14).

Hertzberger (1999) considera essa oposição entre público e privado inadequada, pois, enquanto arquitetos o que nos interessa é *"uma questão de pessoas e grupos em inter-relação e compromisso mútuo [...]"* é sempre uma questão de coletividade e indivíduo, um em face do outro" (HERTZBERGER, 1999, p.12).

O aspecto da apropriação espacial também é colocada por Hertzberger (1999) como um dos argumentos para descredibilizar a caracterização dualista entre o que é público e o que é privado:

Onde quer que indivíduos ou grupos tenham a oportunidade de usar partes do espaço público para seus próprios interesses, e apenas indiretamente no interesse dos outros, o caráter público do espaço é temporária ou permanentemente colocado em questão por meio do uso (HERTZBERGER, 1999, p.16).

Hertzberger (1999) propõe então, a criação de espaços que sejam intermediários aos públicos e aos privados. Ou seja, espaços de transição em que administrativamente e na perspectiva de apropriação pertençam a ambas as categorias.

Santos (1985), defende que a análise espacial deve acontecer considerando-o em sua totalidade, no entanto, deve acontecer de forma que seja possível dividi-lo em tópicos objetivando facilitar a sua compreensão e abordar todos os critérios que o envolvem. Toda a análise deve ser realizada levando em consideração o período histórico em que está inserida, pois é de extrema relevância para que sejam diminuídas as possibilidades de erro interpretativo, uma vez que o período ditará ao intérprete o contexto e as influências deste. É por este motivo que, a presente monografia percorrerá um caminho tanto no aspecto histórico quanto no espacial, iniciando-se em uma macro escala que envolve a cidade de Juiz de Fora, em seguida se aproximando da região Oeste e por fim, chegando ao objeto de estudo, o bairro Nossa Senhora de Fátima. Todo este caminho é necessário, pois, em conclusão há processos maiores que impactam espacialidades específicas como o bairro que está sendo analisado e portanto, é interessante que seja realizado o esforço de compreender toda a dinâmica como um todo.

Além disso, Milton Santos (1985), considera o espaço uma instância da sociedade, assim como a econômica e a cultural-ideológica, e por isso, uma é indissociável da outra, ou seja uma está contida dentro da outra mutuamente e este deve ser um dos tópicos a ser analisado quando abordado a totalidade dos espaços.

[...] para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço (SANTOS, 1985, p.36).

Esta é uma percepção com a qual DaMatta (1997) corrobora quando diz que: *“[...] o espaço se confunde com a própria ordem social de modo que, sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido”* (DAMATTA, 1997, p.19).

Visto que as conceituações que delimitam o espaço urbano enquanto público e privado se demonstraram insuficientes para descrever a complexidade das relações que o compõem mostrou-se necessário a busca de uma definição que me parecesse mais adequada com o propósito da pesquisa em questão. Em “Espaços livres do Recife” Carneiro e Mesquita (2000) apresentam definições que ao meu ver são suficientemente detalhadas de forma a contribuir para que a análise seja satisfatória e que serão discutidas a seguir.

Segundo Carneiro e Mesquita (2000) o espaço urbano quando analisado sob a perspectiva de seu aspecto físico pode ser dividido entre espaços edificados e espaços livres. Os espaços edificados se definem como:

[...] áreas ocupadas de forma significativamente densa pelas construções que atendem às atividades do meio urbano: uso residencial, comercial, industrial, de serviços de educação, saúde, recreação, etc, geralmente em proporção direta, em número e grau de complexidade, ao tamanho e importância do aglomerado populacional. Em outras palavras, é o conjunto urbanístico-arquitetural produzido pelo esforço coletivo das gerações (CARNEIRO e MESQUITA, 2000, p.24).

Já os espaços classificados pelas autoras como livres se definem da seguinte maneira:

Definem-se os espaços livres, no contexto da estrutura urbana, como áreas parcialmente edificadas com nula ou mínima proporção de elementos construídos e/ou de vegetação - avenidas, ruas, passeios, vielas, pátios, largos, etc - ou com presença efetiva de vegetação - parques, praças, jardins, etc - com funções primordiais de circulação, recreação, composição paisagística e de equilíbrio ambiental, além de tornarem viável a distribuição e execução dos serviços públicos, em geral (CARNEIRO e MESQUITA, 2000, p.24).

Os espaços livres são o objeto de estudo desta pesquisa, e esta titulação está baseada, segundo as autoras, na forma de acesso que não apresenta nenhuma forma de obstrução. Essa justificativa para a classificação dos espaços que se baseia na acessibilidade a eles se comunica diretamente com o que Hertzberger (1999) utiliza para classificar seus espaços enquanto públicos e privados, definição esta que já foi considerada insatisfatória nesta pesquisa mas que ainda tem sua

relevância enquanto processo para se chegar ao pensamento e classificações espaciais mais atualizados. Retomando a conceituação de espaços livres, sendo estes espaços múltiplos, recebem então uma subcategorização se dividindo de acordo com as suas funções principais: circulação, equilíbrio ambiental, recreação e potencialidade.

Os espaços livres de circulação como o próprio nome sugere se referem a espaços como as ruas, os refúgios, os viadutos, estacionamentos entre outros. Ou seja, espaços que em teoria são utilizados como percurso dos usuários e que não possuem apelo para a permanência destes. No entanto, sabe-se que apesar da nomenclatura tais espaços podem receber diferentes funções a depender de seus usuários. No caso dos espaços livres de circulação, é comum vermos nos grandes centros estes locais sendo utilizados como espaços de permanência por pessoas em situação de rua, mesmo que esta situação não seja considerada ideal.

Carneiro e Mesquita (2000) definem os chamados espaços livres de equilíbrio ambiental como:

São espaços livres públicos com significativa concentração de maciços vegetais - em alguns casos, com função de proteção de estruturas e infra-estruturas - remanescentes de ecossistemas naturais determinantes para o equilíbrio ecológico. Enquadram-se nessa categoria determinados espaços de propriedade privada que assumem funções de interesse público, como é o caso das unidades de conservação, dos cemitérios, dos espaços de valorização ambiental. Esse conjunto abrange: unidades de conservação, cemitérios, campi universitários, espaços de valorização ambiental (CARNEIRO e MESQUITA, 2000, p.27).

As autoras ressaltam a importância de distinguir os termos lazer e recreação que muitas vezes são confundidos. Baseando-se em Dumazedier (1976) é dito que a recreação é uma das funções do lazer. *“Isso quer dizer que pode haver além do lazer descanso, e do lazer cultural, um lazer recreativo, que acontece no momento em que alguém decide procurar um lugar adequado para realizar a ação recreativa desejada”* (Dumazedier, 1976 *apud* CARNEIRO e MESQUITA, 2000, p.26). Ou seja, entende-se que os espaços de recreação demandam uma postura mais ativa de seus usuários quanto a interação com o ambiente em questão. Os espaços livres públicos de recreação segundo Carneiro e Mesquita (2000) incluem faixas de praia, parques, praças, pátios, largos, jardins e quadras polivalentes.

Já os espaços livres potenciais são definidos como:

[...] públicos ou privados, abrangem aquelas áreas com possibilidades de uso futuro para a recreação ou momentaneamente dispondo de instalações de recreação em caráter incipiente, que servem como indicadores da necessidade de criação de espaços públicos, e contribuem para evitar invasão. São espaços livres disponíveis na malha urbana que não são mantidos pelo poder público e poderão ser utilizados para implementar e dar coerência à distribuição dos sistemas de espaços livres, sendo que, em alguns casos, apesar do uso informal estabelecido, não tem quaisquer instalações. Apresentam-se como: espaços potenciais de valor paisagístico ambiental, campos de pelada, recanto, margens de rios e canais, terrenos vazios (CARNEIRO e MESQUITA, 2000, p.29-30).

É interessante salientar que todas essas conceituações apresentadas até então estão contidas no que Gordon Cullen (1983) denomina como paisagem urbana, que se trata da arte de tornar coerente e organizado o emaranhado de casas, edifícios, viadutos, ruas e demais espaços que compõem o ambiente urbano. Foi exemplificado durante o presente tópico a complexidade de tudo aquilo que envolve o urbano, e, em caráter de organização da presente pesquisa demonstrou-se relevante definir as conceituações que servirão de base a partir daqui, como por exemplo, as definições de espaços livres. É notório também que esta complexidade está atrelada à influência humana no espaço em que vive, e que, sendo esta existência por si só complexa acaba refletindo esta característica no entorno.

A questão da apropriação dos espaços é um fator importante pois define a experimentação espacial de um local. É ilusório a ideia de que quando projetamos um espaço enquanto profissionais de Arquitetura e Urbanismo ditamos a utilização daquele espaço. Os usuários transformam e se apropriam dos locais em que convivem, se aproveitando das utilizações sugeridas em projeto e inventando e adequando aquelas que não foram contempladas para que a sua utilização seja mais satisfatória. Por isso, é ainda mais relevante no projeto de espaços livres a realização de uma APO (Análise pós ocupação) pois, em geral, esses projetos possuem um público alvo mais expressivo do que o público de um projeto residencial, por exemplo. Dessa forma, torna-se mais difícil atender as necessidades da maioria, que deve sempre ser priorizada uma vez que é essa população que se beneficiará do que está sendo proposto no projeto.

Conclui-se portanto que os espaços urbanos são complexos e dotados de diversas subcategorias e perspectivas que foram analisadas previamente. O entendimento dessas nuances é de suma importância para que possamos projetar

espaços urbanos mais inclusivos e que reflitam os desejos e necessidades de seus usuários. No entanto, mesmo que sejam realizadas as devidas análises é importante que sejam levadas em consideração as apropriações feitas pelos usuários após a execução projetual para que seja assegurado o entendimento de seus reais desejos e que consequentemente o projeto mantenha a sua vitalidade.

2.1. ESPAÇOS URBANOS FORMALMENTE CONSTITUÍDOS

Os espaços urbanos formalmente constituídos seriam aqueles que possuem delimitação física e tipologia característica. Por esses motivos são mais facilmente identificados na paisagem em geral. Dentre eles estão as ruas, as praças e os parques. Estes espaços estão contidos dentro das definições previamente abordadas de espaços livres de circulação e espaços livres de recreação.

Começando pelas ruas Lamas (s.d.) as nomeia de “traçado” e traz a seguinte definição: *“Assenta num suporte geográfico preexistente, regula a disposição dos edifícios e quarteirões, liga os vários espaços e parte da cidade, e confunde-se com o gesto criador”* (LAMAS, s.d., p.98). Nesta definição é possível observar que o autor encara a rua unicamente como um local de circulação, um ambiente intermediário entre aqueles onde vale a pena estar. Esta lógica é originária do modernismo, período em que espaços como a rua se voltaram unicamente para a satisfação de necessidades automobilísticas. Um grande exemplo é a urbanização de Brasília, que até os dias atuais tem a sua monumentalidade e valorização das vias de circulação para automóveis criticada quanto a qualidade destas vias na perspectiva do pedestre. Houve um distanciamento do pedestrianismo neste período que reverbera até na atualidade. Contudo, há autores que diferem desta conceituação como pode ser visto na citação a seguir:

A experiência do espaço urbano fundamenta a intuição de que rua é mais que via, trilho ou caminho. [...] Só em mapas, plantas e planos, ruas podem ser vistas apenas como meios de circulação entre dois pontos distantes. É claro que elas também o são. [...] Uma rua é um universo de múltiplos eventos e relações [...] A par de caminhos, são locais onde a vida social acontece ao ritmo do fluxo constante que mistura tudo (SANTOS e VOGEL, 1985, p.25).

O caráter antropológico identificado nas ruas é fundamental para o entendimento deste e dos demais espaços livres e é complementar a sua

constituição morfológica. Um aspecto não deve se sobressair ao outro quanto este espaço é analisado pois ambos possuem características intrínsecas umas às outras.

As praças, seguindo a visão morfológica de Lamas (s.d) seriam um exemplo dos locais onde as ruas com função única de circulação levariam, ou seja, são os espaços considerados adequados à permanência. Este antagonismo proposto pelo autor pode ser identificado através da seguinte citação: "*Se a rua, o traçado, são os lugares de circulação, a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio [...]*" (LAMAS, s.d. p.102). Além disso, ele caracteriza as praças devido a sua organização espacial e a intencionalidade de seu desenho.

Já Robba e Macedo (2002) trazem uma conceituação das praças mais relacionada a sua função social, acessibilidade e distanciamento dos veículos: "*Praças são espaços livres de edificação, públicos e urbanos, destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos*" (ROBBA e MACEDO, 2002, p.17).

Outro espaço público com tipologia específica e facilmente identificável são os parques. Sobre eles, Carneiro e Mesquita (2000) trazem a seguinte definição:

São espaços livres públicos com função predominante de recreação, ocupando na malha urbana uma área em grau de equivalência superior à da quadra típica urbana, em geral apresentando componentes da paisagem natural - vegetação, topografia, elemento aquático - como também edificações, destinadas a atividades recreativas, culturais e/ou administrativas (CARNEIRO e MESQUITA, 2000, p.28).

É perceptível que possuem certa semelhança com a conceituação de praças, no entanto, eles se diferenciam quanto a sua dimensão que costuma ser superior a das praças e também costuma possuir maior predominância de paisagem natural.

Pode-se concluir portanto que a maioria dos espaços formalmente constituídos tem inúmeras características em comum quando falamos nos objetivos da criação destes espaços e sobre as atividades desempenhadas neles, por isso, o que os difere é somente a sua constituição formal.

2.2. ESPAÇOS URBANOS INFORMAIS

Tendo apresentado os principais espaços públicos formalmente constituídos é interessante apontar também aqueles espaços que não se enquadram em conceituações como a de ruas, praças e parques, e que no entanto também fazem parte da paisagem urbana e muitas vezes desempenham papéis semelhantes aos espaços que possuem uma titulação definida. Muitos destes se enquadram na definição previamente abordada de espaços potenciais.

Muitas vezes, esses espaços sem definição específica tem sua função definida de acordo com a apropriação de seus usuários. Mendonça (2007) traz alguns exemplos:

Neste universo estaria contido, por exemplo, o pequeno canteiro, presente no ambiente urbano com a função formal de dividir as faixas de trânsito de veículos, e que pode receber pela população apropriações de lazer ou mesmo comerciais. Há também o espaço considerado residual, constituído, em geral, de pequena área, com tratamento paisagístico e por vezes, até mesmo mobiliário urbano (bancos ou brinquedos), remanescente de projeto de reestruturação urbana, envolvendo a urbanização de área mais ampla, na qual este espaço encontra-se inserido. Pode-se, igualmente, citar o “campo de pelada”, um campo de futebol improvisado, comum nos bairros de menor renda, e o mirante, que se constitui em ambiente localizado em áreas com relevo adequado à visualização de paisagens consideradas relevantes e com tratamento urbanístico que permite a permanência de um grupo de pessoas. O “calçadão” da praia é outro exemplo, e vem se configurando fisicamente, como verdadeiro parque urbano linear à beira mar, devido ao mobiliário urbano, geralmente presente, e à atratividade que desperta no público (MENDONÇA, 2007, p.300).

É notório que a presença deste tipo de espaço é mais comum em locais em que não houve um planejamento urbano prévio, espaços estes, que em sua maioria se localizam nas periferias das cidades. São também estes locais que recebem menor atenção do poder público e que por não possuírem espaços com funcionalidade especificada pelo desenho urbano se apropriam do que está a sua disposição da melhor forma possível. No entanto, estes não são exclusivos de área sem planejamento urbano prévio, pois as apropriações dos espaços pelos usuários podem ocorrer em quaisquer lugares da cidade, de forma que espaços que não possuíam função de permanência passam a tê-la se a população assim o fizer.

2.3. ESPAÇOS LIVRES E O SENSO DE COMUNIDADE

Um dos questionamentos que motivaram esta pesquisa seria a correlação entre um senso de comunidade entre moradores de uma mesma região com a

existência ou não de espaços livres que pudessem proporcionar o encontro entre eles.

É notório a diferença na utilização dos espaços livres urbanos na atualidade quando comparado com a forma que acontecia no passado e isso se dá sob diversos fatores. Um exemplo comumente visto deste tipo de situação é a presença de pessoas nas ruas, presença essa que até mesmo recebeu um nome por Jane Jacobs (1961), os famosos “olhos da rua”. Hertzberger (1999) enumera alguns fatores quanto à desvalorização das ruas, são eles: o aumento da frota de automóveis e a priorização espacial destes e a anulação da rua enquanto espaço comunitário. Segundo ele: *“A afinidade entre os moradores parece diminuir à medida que aumenta a independência proporcionada pela prosperidade”* (HERZBERGER, 1999, p.52). Ou seja, o autor acredita que em locais em que os moradores alcançam uma maior prosperidade econômica e conseqüentemente melhoram as condições de suas moradias ocorre uma diminuição da interação entre vizinhos, pois os indivíduos passam a obter sozinhos as conquistas que costumavam ser alcançadas coletivamente. No entanto, é importante ressaltar que no aspecto das interações sociais esta mudança comportamental não se demonstra satisfatória para nenhuma das partes.

Rolnik (2000) descreve as mudanças na utilização dos espaços urbanos como um processo que se iniciou no esvaziamento e no não-uso desses espaços. Posteriormente, essa “agorafobia” denominada pela autora, se tornou um medo do espaço público, que não mais possuía uma característica de integração e que passou a ser associado a espaços de exercício da violência e teve sua utilização associada a aqueles que não possuem um espaço privado para se estar.

Em *“Quando a rua vira casa”* de 1985, vemos a história do Catumbi, um bairro tradicional que tem suas mudanças descritas através de uma visão antropológica sobre a apropriação dos espaços livres encontrados por lá. Os autores abordam as desapropriações sofridas no bairro e a mudança de perfil dos moradores da seguinte maneira:

As desapropriações expulsaram do bairro unidades domésticas inteiras, e em grande quantidade. Favoreceram, é verdade, o aparecimento de uma nova categoria de morador e permitiram uma recomposição precária da densidade. Ocasionalmente, no entanto, um perigoso processo de degradação da identidade local (SANTOS e VOGEL, 1985, p.82).

Isso quer dizer que, uma mudança brusca do perfil dos moradores de uma região acaba por causar estranhamento entre as partes. Isso se dá pois grande parte da identidade local é composta pelos próprios moradores e pelas relações que acontecem entre eles, se estes são retirados do local ele tem seu sentido esvaziado o que acaba por fazer com que os antigos moradores não se identifiquem mais com o ambiente e que os novos moradores também não o façam uma vez que por serem desconhecidos acabam sendo vistos como verdadeiros intrusos e não sendo acolhidos pela comunidade.

A melhoria na interação entre antigos e novos moradores, mais especificamente no caso dos bairros, é prejudicada fortemente pelo chamado “tempo de bairro” que é descrito por Santos e Vogel como:

[...] "Ter tempo no bairro" é possuir uma história. Também isso tem um duplo sentido: - significa ser conhecido no bairro através da história pessoal e conhecer o bairro na sua trajetória ao longo de uma determinada profundidade temporal. Mas, "ter tempo no bairro" representa ainda dispor de parcelas suficientemente grandes de permanência dentro dele, para exercer as trocas sociais no seu caráter funcional e expressivo. O "tempo no bairro" dirá quem é ou não confiável (SANTOS e VOGEL, 1985, p.88).

Isso significa que, aqueles que passam a residir posteriormente em um local acabam sendo julgados pelos que já estão lá por não serem conhecidos enquanto pessoa e também por não terem conhecimento e participação na história do local em que agora residem. Este fator faz com que se crie uma atmosfera de desconfiança entre a vizinhança, porém, esta só pode ser amenizada quando as partes passam a se conhecer e isto só pode acontecer através interações sociais sobre as quais Santos e Vogel (1985) dizem que:

[...] O conhecer-se resultava da troca social reiterada. A articulação de residências, negócios, locais de trabalho, serviços, estabelecimentos de culto e lazer, promove o encontro sistemático das pessoas e dos grupos em função da maneira pela qual partilham, numa configuração espacial precisa, a multiplicidade de meios que viabilizam a vida cotidiana. Existe, pois, uma comunidade nas ruas que não é apenas funcional. As pessoas não participam dela simplesmente porque moram, compram, trabalham, cultuam ou se divertem no mesmo lugar. Mas porque fazem tudo isso de forma personalizada - "todos se conhecem". Saber quem é quem é uma imposição da própria intensidade do contexto e das muitas oportunidades diferentes em que ela se dá. E mais, significa conhecer o mesmo indivíduo em diversas situações [...] (SANTOS e VOGEL, 1985, p.85).

Isto é, a troca social entre moradores muitas vezes acontece devido às funções que cada um exerce no espaço de convívio e que são necessárias para a manutenção do dia a dia, no entanto, todas estas funções são intensificadas pelo

fato de que “todos se conhecem” e portanto estas interações passam a ter mais significado do que a sua simples utilidade no dia a dia dos participantes.

[...] Daí surge o que poderíamos chamar de intimidade social. Como os contatos ocorrem em espaços públicos [...] podemos aceitá-los como atos públicos. Eles constituem e alimentam a rede de relações graças à qual se produz socialmente a confiança. Desta maneira, fundam a confiança ao mesmo tempo em que esta os estimula (SANTOS e VOGEL, 1985, p.93).

A confiança é um importante fator no convívio dos espaços urbanos, mas, é perceptível que a prática de confiar em seus vizinhos só se mantém presente em cidades com populações menores ou parcelas específicas de uma cidade, como alguns bairros. A perda desta qualidade se reflete também na atuação dos chamados “olhos da rua” de Jane Jacobs (1961) como Santos e Vogel (1985) exemplificam a seguir:

[...] Observar a rua e participar do que se passa nela exige sempre tato suficiente para distinguir em que contextos o que está acontecendo diz respeito a alguém, ou pelo contrário, está fora da sua alçada. O sucesso de um par de olhos em fazer as distinções condiciona a própria eficácia da vigilância e das intervenções, quando necessárias. Por outro lado, a capacidade de avaliação depende das relações que os tais olhos mantêm com os muitos outros pares existentes na rua ou no bairro [...] (SANTOS e VOGEL, 1985, p.93).

Em outras palavras, só se torna possível exercer o papel de olhos da rua quando há um conhecimento mútuo entre os usuários daquele local, pois só assim é possível identificar a normalidade das situações que se passam, através do conhecimento e da previsibilidade do comportamento dos indivíduos conhecidos. Além de sua importante função de garantir, em parte, a segurança dos usuários de uma localidade, Santos e Vogel (1985) também fazem o seguinte comentário sobre os olhos da rua:

O que une os olhos vigilantes de uma rua é esse sentimento de serem seus “proprietários naturais”. O espaço que supervisionam é, de certa forma, o espaço de todos. Nesse sentido, é mais do que público, ou não é apenas público. Pertence a todos em comum, em função das relações que mantêm com ele, ou dentro dele, e graças a ele. Por isso, o exercício do controle é um poder e um dever. Mais do que simples usuários, os “proprietários naturais” da rua são cúmplices (SANTOS e VOGEL, 1985, p.93).

Isso quer dizer que, os olhos da rua são mais que protetores dos locais que observam, são parte fundamentais para a manutenção da vitalidade dos espaços urbanos e sua atividade também pode ser caracterizada como uma espécie de apropriação do espaço tido enquanto público. É por isso que os olhos da rua são importantes agentes na conservação de um senso de comunidade que é benéfico

tanto para os espaços físicos quanto para as relações que se desenvolvem ao redor dele.

Até o momento, viemos caminhando de acordo com um modelo de cidade que nega a possibilidade de uso do espaço público e intensifica a privatização da vida, o fechamento da homogeneização dos espaços e que está nos levando à desorganização social e ao caos urbano. É preciso implementar uma política de investimento muito clara na retomada da qualidade do espaço da cidade, na retomada da sua multifuncionalidade e beleza, na retomada da idéia de uma cidade que conecta usos, funções e pessoas diferentes, em segurança. Esse modelo não só é urgente para quem defende uma posição mais democrática de utilização do espaço público, da vida pública, mas também porque é mais sustentável (ROLNIK, 2000, p.5).

É possível concluir que os espaços públicos têm influência na criação e na manutenção de um senso de comunidade. Obviamente, este possui outras maneiras de ser construído, no entanto, os espaços públicos por servirem de facilitadores ao encontro e a interação social são grandes agentes incentivadores deste sentimento. Além disso, a falta de qualidade dos espaços públicos e/ou a inexistência deles afetam também a segurança do entorno, pois quanto menos pessoas ocupando estes espaços menos existirá a atuação dos famosos “olhos da rua”.

3. ESTUDO DE CASO

Os projetos escolhidos para análise tem como objetivo a compreensão de como devemos abordar as obras em espaços livres da malha urbana, de forma a identificar os pontos de atenção uma vez que o público atendido por esta escala projetual é maior e mais diverso do que o público de uma obra residencial e que portanto, se fazem necessárias diretrizes mais abrangentes. Além disso, deve ser pontuada a importância da valorização da opinião pública, ou seja, dos usuários das proposições para que as opções estejam de acordo com as apropriações já existentes nos locais e aqueles que o público gostaria que existisse.

Também foi tomado como norte a utilização de terrenos que não estejam cumprindo a sua função social de forma adequada e sobre os quais foi identificado potencial de passarem a fazê-lo. Propostas que incentivem a presença popular também foram valorizadas uma vez que entende-se que espaços livres de qualidade são de extrema importância para uma vivência de qualidade nos centros urbanos.

3.1. RIO CIDADE: O URBANISMO DE VOLTA ÀS RUAS

O programa governamental Rio Cidade, segundo seus elaboradores, trata-se de:

um ambicioso plano de obras voltado para a reconstrução de espaços públicos, incluindo o disciplinamento de usos e atividades e melhorias dos padrões urbanísticos; foi ainda uma corajosa intervenção no contexto social decadente, amparada em substancial criação de empregos e, por fim, uma inadiável operação de resgate da avariada imagem carioca: a de eterna “Cidade Maravilhosa”. Seu objeto preciso, as ruas, *latu sensu*. Meta genérica a atingir: restituir aos cidadãos o direito à cidade, integrando objetivos sociais, econômicos e culturais. (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, p.24)

O projeto teve como motivador o cenário de seu período de concepção, o ano de 1993, em que as cidades ainda lidavam com as transformações urbanas promovidas em consequência do advento dos automóveis que fizeram com que as obras públicas se tornassem sinônimo de obras rodoviárias. Com isso, houve o distanciamento dos pedestres e de sua participação e experimentação da cidade e de suas ruas. O programa tomou a estrutura urbana carioca, em que corredores viários percorriam os espaços entre as montanhas e ao redor dos quais surgiram vários bairros, como partido para se desprender da dicotomia centro x periferia e transformar estes locais em novas centralidades, incentivando assim a construção de uma metrópole polinuclearizada (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996).

O Rio Cidade tinha como *slogan* “o urbanismo de volta às ruas” e fazia parte do Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro construído durante a administração do Prefeito César Maia, que ocorreu de 1993 a 1996. O programa se dividiu em duas fases, Rio Cidade I e Rio Cidade II, e em ambas foram abrangidas 15 áreas respectivamente (OLIVEIRA, 2008).

3.1.1. Botafogo: Rua Voluntários da Pátria

No bairro Botafogo, a rua Voluntários da Pátria é responsável pela canalização majoritária do tráfego da Zona Sul em direção ao Centro da cidade do Rio de Janeiro. Por isso, foi a escolhida do programa Rio Cidade nesta região, mas, houveram também obras complementares ao projeto principal nas ruas Real Grandeza, Humaitá, trecho da Praia de Botafogo e entorno do Cemitério João

Batista. O projeto data de 1994 e é de autoria do escritório Fábrica Arquitetura Ltda que venceu o concurso (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996).

A problemática da localidade se dava pela grande concentração e fluxo de pessoas e automóveis que não era contemplada por uma espacialidade qualitativa, o que, segundo os autores, acentua o conflito entre pedestres e veículos e enfeiava a paisagem. Houve então uma reorganização dos pontos de parada dos ônibus de forma a sistematizar e contribuir para a diminuição do tempo de embarque e desembarque. Juntamente com a criação de estacionamentos rotativos e a supressão dos irregulares pré-existentes, estas foram medidas que somatizam para que fosse alcançada uma maior fluidez no trânsito (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996).

Figura 01 - Tráfego racionalizado na rua Voluntários da Pátria



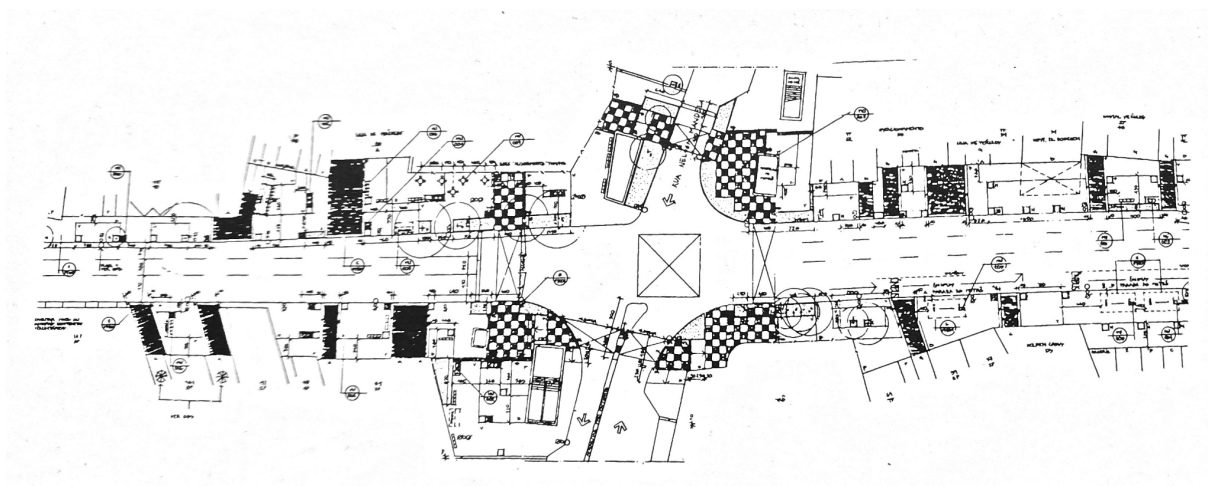
Fonte: Tiago Santana / Tempo d'Imagem, 1996¹.

No entanto, o elemento mais interessante neste projeto não são as alterações que vieram a melhorar o fluxo viário e de pedestres na região, e sim o que os autores chamaram de “oásis”. Estes, seriam ambientes que ofereciam oportunidades de repouso e lazer para os moradores de Botafogo, implantados nas esquinas em que os passeios ofereciam a largura necessária. Os oásis contavam com arborização e mobiliários urbanos como mesas e bancos, promovendo assim uma maior permanência dos usuários que frequentavam a região. Em locais que os oásis

¹ Imagem escaneada do livro “Rio Cidade: O urbanismo de volta às ruas” da Prefeitura do Rio de Janeiro.

coincidiam com áreas de trânsito mais intenso foram implementadas floreiras que serviam como barreiras de proteção. Havia também ladrilhos hidráulicos que direcionam os transeuntes até as rampas de travessia segura (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996).

Figura 02 - Esquema demonstrando a intervenção apelidado de “oásis” na esquina da rua Voluntários da Pátria com a rua Nelson Mandela



Fonte: Tiago Santana / Tempo d'Imagem, 1996².

Figuras 03 e 04 - Mobiliários urbanos e piso em tabuleiro de xadrez dos oásis.



Fonte: Tiago Santana / Tempo d'Imagem, 1996².

Os oásis foram uma estratégia utilizada para promover áreas livres destinadas ao lazer para os moradores de Botafogo uma vez que esta foi uma carência identificada no bairro. Além disso, acabaram por conferir uma identidade

² Imagem escaneada do livro “Rio Cidade: O urbanismo de volta às ruas” da Prefeitura do Rio de Janeiro.

visual para os trechos onde ocorreu a intervenção, gerando assim maior identificação (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 1996).

Figura 05 - Largo do Humaitá: esquina “oásis”



Fonte: Tiago Santana / Tempo d'Imagem, 1996 ³.

É sabido que os projetos muitas vezes não são utilizados pelos usuários da maneira que seu projetista imaginou que fariam. Por isso a importância de se realizar um diagnóstico em que a vontade dos futuros usuários seja ouvida, para além do que seria considerado ideal projetar para aquela determinada localidade. Ventrone (2019), conta que os canteiros presentes na intervenção da rua Voluntários da Pátria, que tinham por objetivo impedir a travessia fora da faixa de pedestres e que circundavam espaços em que foram inseridos mobiliários, têm sido utilizados por vendedores ambulantes que apoiam seus produtos nos canteiros e até mesmo

³ Imagem escaneada do livro “Rio Cidade: O urbanismo de volta às ruas” da Prefeitura do Rio de Janeiro.

por pedestres que os utilizam como bancos ao invés de utilizar o mobiliário projetado especificamente com este fim. O que pode ter sido uma falha projetual na identificação dos locais que os moradores já tinham por costume utilizar como local de permanência, ou apenas uma vontade pessoal dos usuários que se sentiram mais atraídos pelo posicionamento dos canteiros do que pelos bancos.

Outra questão abordada por Ventorim (2019) é a falta de manutenção nas intervenções realizadas em Botafogo, o que certamente prejudica a vitalidade do projeto e retira a possibilidade de possíveis acréscimos que beneficiariam a sua relação com os moradores do entorno.

Figura 06 - Trecho de intervenção da rua Humaitá sem manutenção



Fonte: Google Earth, 2022.

3.1.2. Considerações sobre o Rio Cidade

Algumas críticas podem ser feitas a respeito das intervenções realizadas pelo programa Rio Cidade. Apesar de um de seus motivadores principais ser a retomada das ruas pelos pedestres, uma vez que no período modernista estas passaram a ter os carros como protagonistas, o programa ainda é influenciado pela noção moderna de organização espacial e setorização de funções de espaços urbanos. Na atualidade, esta noção pode ser vista como limitadora das possíveis apropriações às quais os espaços urbanos estão sujeitos e que os projetos do programa já vem sofrendo.

Oliveira (2008) denomina os locais em que as intervenções ocorreram como “território Rio Cidade”, pois nestes houve uma distinção tanto espacial devido aos mobiliários inseridos e os demais componentes das intervenções quanto por um maior controle social exercido pela Guarda Municipal, o que corrobora para a supressão de comércio de ambulantes e de população em situação de rua. Ou seja, espaços que tinham como objetivo o benefício dos transeuntes em geral, na verdade objetivam um público específico, segregando pessoas de menor poder aquisitivo em um local que deveria pertencer a todos e limitando as apropriações que poderiam surgir.

Outro ponto questionado por Oliveira (2008) seria a criação de novas centralidades e a quebra da dicotomia centro x periferia provocada pelo programa. De fato as obras contribuem para que os moradores de áreas preteridas da cidade criem um sentimento de pertencimento e inclusão na cidade, no entanto, a concentração das intervenções em áreas já tidas enquanto centralidade dentro do microcosmo dos bairros e terem sua abrangência limitada faz com que possam ser vistas como obras de maquiagem. Ou seja, para aqueles que transitarem nas principais avenidas dos bairros contemplados pelo projeto seria passado uma imagem de uma infraestrutura superior a encontrada no bairro como um todo e a problemática do preterimento de áreas periféricas em relação a áreas centrais não seria solucionada. *“O Rio Cidade leva, portanto, recursos, antes concentrados na área central da cidade, para bairros periféricos. Entretanto, a forma de sua realização, recria a relação centro-periferia no interior do próprio bairro e deste para os bairros vizinhos”* (OLIVEIRA, 2008).

Oliveira (2008) traça também um paralelo entre a Reforma de Pereira Passos e o Rio Cidade. A primeira semelhança seria objetivar o embelezamento da cidade, e a também o desejo de ordem:

[...] A ordem pública seria proporcionada pela intervenção urbana, conferindo autoridade ao Estado para exercer ações coercitivas e disciplinadoras do uso do espaço. [...] O ponto de partida de ambos, como realidade, é o da desordem ou caos social. No passado, tratava-se de elevar o Rio de Janeiro à condição de uma grande cidade moderna, a exemplo das capitais europeias. Hoje trata-se de restaurar a sua *imagem* e inseri-la na competição internacional incrementada pelo chamado processo de globalização (OLIVEIRA, 2008).

O programa também promoveu a “limpeza da paisagem”, os fios das redes elétricas e telefônicas foram eliminados, as calçadas foram uniformizadas de acordo com as demais encontradas no bairro da intervenção, e os equipamentos como telefones públicos, lixeiras, caixas de correios e bancas de jornal foram realocados. No entanto, esta medida não se limitou apenas a uma limpeza espacial. Os vendedores ambulantes foram retirados do local e realocados para ruas adjacentes do bairro, o que pode ser tido como um reforço a ideia de obras de maquiagem. Em contrapartida, o comércio formal de bares e restaurantes foi incentivado na região das intervenções. Em outras palavras, podemos identificar uma atitude higienista e controladora das formas de apropriação que são permitidas nos locais e estas tendem a privilegiar aqueles que possuem maior poder aquisitivo (OLIVEIRA, 2008).

Outro fator observado por Oliveira (2008) é que apesar do conceito do projeto pregar a devolução das ruas para os pedestres, esta devolução está pautada apenas na melhoria de circulação, pois havia pouca oferta de mobiliário incentivando a permanência nos locais das intervenções. Além disso, é perceptível uma tendência a selecionar os usos permitidos nesses espaços quando algumas intervenções presentes no programa Rio Cidade contam com praças que tem abertura somente no turno do dia e que são asseguradas por policiamento e também pela escassez de mobiliários que acabam com a possibilidade de se tornarem abrigos para pessoas em situação de rua.

Pareceu-nos nítida a intencionalidade dos projetos urbanísticos que compõem o Rio Cidade em evitar a presença de certas pessoas tidas como “indesejáveis” ou “sobrantes”, uma vez que são consideradas como elementos causadores de “caos”, “insegurança” e, portanto, de “desordem urbana” (OLIVEIRA, 2008).

Uma das consequências desse conjunto de atitudes foi a revalorização do comércio formal, uma vez que retirou-se o comércio informal da concorrência, houve maior visibilidade nas vitrines, e maior atratividade de clientes devido as melhorias realizadas nas ruas beneficiadas pelas intervenções (OLIVEIRA, 2008).

Na tentativa de melhoria urbana da cidade do Rio de Janeiro houve a criação de locais em que o controle sócio-espacial fosse mais intensificado, e, tornaram estes ambientes em vitrines para que servissem de representações da cidade como um todo. Além disso, foram legitimadas características elitistas e excludentes que já podem ser observadas na cidade (OLIVEIRA, 2008)

A cidade, portanto, é uma grande mercadoria, produto de *marketing* e da instrumentalização de um capital que se pretende global ou mundial. Para ser cidadão, portanto, na cidade, é preciso estar apto a consumir ou preparado para se tornar cliente ou usuário. [...] Mais do que nunca está pré-definido, neste modelo de cidade, quem poderá ser cidadão (OLIVEIRA, 2008).

Sartor (2000) aponta também um esvaziamento de conteúdo social do programa Rio Cidade. Segundo o autor, a visão de direito à cidade demonstrada pelo programa a trata como superior a direitos como o de habitar, a perspectiva da rua como espaço livre e dissonante que não é regida por repressão e imposições estéticas. Além disso, há problemáticas no que diz respeito ao contato com aqueles que iriam usufruir os projetos, ou seja, os moradores do bairro.

O contato direto com as comunidades, por parte das equipes, não ocorreu conforme o previsto, sendo necessário recorrer à burocracia da Prefeitura, que centralizou o processo, tornando-o bastante limitado. Algumas equipes recorreram isoladamente ao uso de instrumentos de pesquisa como questionários e entrevistas (SARTOR, 2000).

Conclui-se portanto, que as intervenções realizadas pelo Rio Cidade foram referência em seu período de concepção, no entanto, analisando com uma percepção atual o programa apresenta falhas quando diz respeito de características socioeconômicas da população que ele deveria supostamente beneficiar. Se tratando dos bairros escolhidos, as intervenções não tiveram impacto na região como um todo uma vez que se focaram em áreas que já eram privilegiadas quando comparadas entre si dentro de um mesmo bairro. Dessa forma, mesmo que algumas intervenções buscassem recriar uma identificação entre moradores e bairros, por se tratar de uma intervenção pontual o impacto nesta população como um todo não foi satisfatório e também as localidades escolhidas tinham maior apelo enquanto propaganda daquele bairro do que enquanto equipamentos úteis aos seus moradores.

3.2. ESTONUESUNSOLAR

Localizado na cidade de Saragoça na Espanha e desenvolvido nos anos de 2009 e 2010 o programa *Estonoesunsolar*, em tradução “isso não é um terreno baldio”, teve sua origem na Secretaria Municipal de Habitação que, ao contratar 61 funcionários para que realizassem a limpeza desses terrenos vazios observou a possibilidade de solucionar as reclamações dos moradores das adjacências destes terrenos. O potencial da proposta também foi reconhecido por outros profissionais e

logo formalizou-se uma colaboração entre grupos de bairro, associações e arquitetos. A coordenação da iniciativa então, ficou a cargo da Secretaria Municipal de Habitação e dos arquitetos Patrizia Di Monte e Ignacio Grávalos (MACKENZIE, 2015).

O objetivo era a transformação destes terrenos em espaços livres para as pessoas. Cerca de 33 intervenções em variadas localidades foram realizadas, em terrenos públicos e privados, de forma temporária, garantindo flexibilidade, baixo custo e mais de 42 mil metros quadrados de espaços livres requalificados. A tipologia foi definida de acordo com diagnóstico das carências dos entornos e entre os exemplos de intervenções realizadas temos: espaços verdes, hortas urbanas, parques infantis, cinemas ao ar livre entre outros (MACKENZIE, 2015).

Os arquitetos identificaram que a problemática se sobrepunha à estética, havia uma correlação entre as condições físicas precarizadas e o enfraquecimento da vida social e cultural dos bairros (MACKENZIE, 2015). *“Nesse sentido, o espaço público não pode ser entendido à parte de sua dimensão social - à parte de seu papel como local de interação e troca” (DI MONTE, s.d)*. Este comentário retoma a relação entre o senso de comunidade e a existência de espaços livres destinados a interações sociais já discutidos previamente, reforçando a validade deste questionamento e provando a sua verdade.

Os autores do projeto consideram que a participação popular envolvida em todas as etapas é o componente vital do sucesso da iniciativa. E, além disso, as intervenções que eram realizadas em diferentes pontos de uma microescala, ao conectarem-se entre si, se tornavam capazes de impactar toda uma vizinhança (MACKENZIE, 2015).

No fundo, estonoesunsolar nos convida a confrontar questões importantes sobre o espaço público urbano – e em particular sobre os ciclos de desocupação e desinvestimento que são causa e sintoma do declínio socioeconômico nas cidades. Em sua percepção da cidade contemporânea como uma intrincada rede de pessoas, lugares e histórias, Patrizia Di Monte também se preocupa com o fato de que o esvaziamento dos espaços de uma cidade “levou à perda da memória [pública] e ao apagamento de vínculos importantes ” entre um lugar e sua identidade única. “Cada vácuo – cada ‘espaço morto’ – produz uma desconexão que interrompe o murmúrio contínuo da vida urbana”, explica ela. No entanto, desse vazio também emerge um espaço para imaginar “possibilidades alternativas” – diferentes formas de pensar sobre como as cidades são criadas, planejadas e vivenciadas (MACKENZIE, 2015).

Por fim, pode-se concluir que o projeto *Estono es un solar* é uma importante amostragem das possibilidades alternativas que podemos atribuir a espaços antes inutilizados nos centros urbanos. Independentemente de seu tempo de permanência ou custos, este conjunto de espaços transformados se demonstrou um importante instrumento para incentivar a participação popular, a coesão social e a requalificação da vida pública na cidade (MACKENZIE, 2015).

3.2.1. Distrito de San Pablo

Este projeto se trata da primeira intervenção realizada pelo programa *Estono es un solar* e que, por se tratar de um programa experimental, teve maior pressão no aspecto de cativar os cidadãos (FRANCO, 2014).

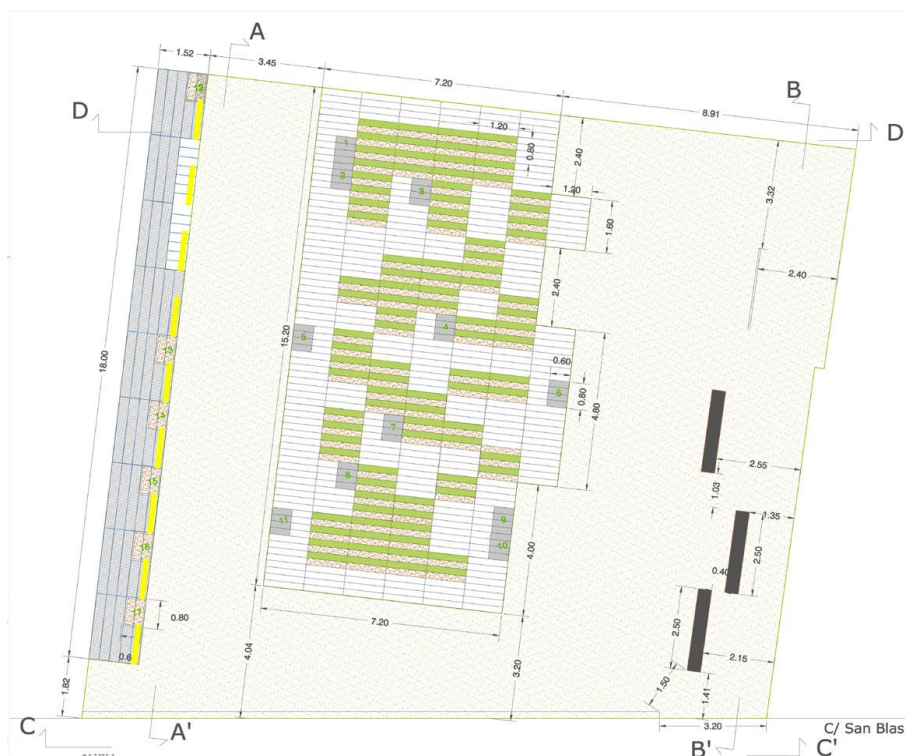
Figura 07 - Jardim Botânico San Pablo



Fonte: Esto no es un solar, s.d.

A intervenção foi realizada na rua San Blas e se trata de um jardim urbano formado por plataformas de paletes de madeira. As espécies escolhidas foram lavanda, alecrim, entre outros tipos de plantas (FRANCO, 2014).

Figura 08 - Planta baixa Jardim Botânico San Pablo



Fonte: Esto no es un solar, s.d.

Uma das paredes que circundava o local foi ocultada por uma plataforma vertical repleta de plantas suspensas com o objetivo de criar um grande tapete verde tanto no plano horizontal como no vertical (FRANCO, 2014).

Figura 09 - Parede vertical Jardim Botânico San Pablo



Fonte: Esto no es un solar, s.d.

Os mobiliários implementados no espaço possuíam estrutura simples e que permitia a apropriação variada de seus usuários. O novo espaço além de sua função básica de ser um espaço livre na malha urbana da cidade, também se tornou cenário de atividades educativas de instituições de ensino adjacentes. Outro ponto interessante é que logo houve um consenso entre os cidadãos que frequentam o local sobre quais seriam as regras para o uso e manutenção do espaço (FRANCO, 2014).

Figura 10 - Usuários do Jardim Botânico San Pablo



Fonte: Esto no es un solar, s.d.

3.2.2. Delicias

A localidade de Delicias tem uma complexa população e vem sofrendo diversas mudanças sociais (BARATTO, 2014).

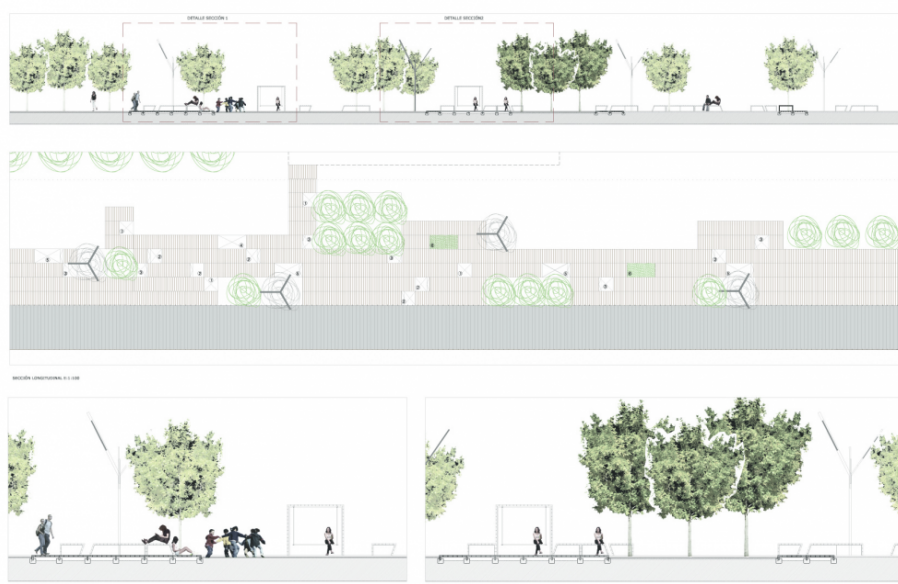
[...] Delicias, segundo pesquisas do Observatório de 2008 tem uma população de 115.446 habitantes com uma densidade de 35.147 habitantes por km², entre os quais 19,32% correspondem a população imigrante, o que supõem um total de 22.301 pessoas procedentes de mais de 68 países (BARATTO, 2014).

Este cenário, de grande densidade populacional somado às diferenças étnicas que promovem conflitos entre os imigrantes, vem sendo agravado pela falta de equipamentos urbanos, serviços apropriados e espaços que promovem a relação entre moradores. Por estes motivos a proposta visa priorizar a infância e

adolescência, buscando uma intervenção que se relaciona com práticas de jogos e esportes que sejam atraentes a este público. Estas atividades são benéficas pois valorizam a cooperação, destrezas sociais, controle de impulsos agressivos, adaptação às normas, níveis de aspiração e benefícios que envolvam rendimento e produtividade. Dessa forma, almeja-se a criação de um melhor clima de convivência entre os moradores da localidade (BARATTO, 2014).

O projeto então dispõe uma espécie de deck em uma parcela do terreno, onde se concentram os mobiliários como bancos e postes de iluminação.

Figura 11 - Desenhos técnicos do espaço livre de Delicias



Fonte: Esto no es un solar, s.d.

Figura 12 - Mobiliários urbanos encontrados no local



Fonte: Esto no es un solar, s.d.

As demais parcelas do local são ocupadas por um piso arenoso ao redor do qual se dispõe vegetações arbóreas. Esta conformação mais livre de espaço tende a facilitar e/ou incentivar as apropriações de seus usuários, como uma tela em branco pronta para ser pintada.

Figura 13 - Intervenção do programa *Estono es un solar* em Delicias



Fonte: Esto no es un solar, s.d.

3.2.3. Considerações sobre o *Estono es un solar*

Os projetos contemplados por este programa cumprem um papel fundamental na tentativa de requalificar os centros urbanos na perspectiva de reivindicação de nossos espaços públicos, uma vez que identificamos que muitos não vem cumprindo sua função social devido a estratégias do mercado imobiliário para obter a maior rentabilidade de algumas áreas.

A participação popular na concepção projetual das intervenções parece ter sido o fator motriz para o sucesso das propostas, pois conhecer aqueles que serão contemplados faz com que as chances de que a proposta projetual não se torne obsoleta sejam maiores.

Um outro ponto relevante é que todos os projetos permitem espaços e equipamentos que incentivem a apropriação. Este também parece ser um importante fator no que diz respeito à utilização ou não de um espaço, pois aqueles que possuem todas as suas funcionalidades definidas e limitadas desencorajam a maior interação popular e, como já demonstrado anteriormente em outros tópicos a

apropriação tem papel fundamental na manutenção da vitalidade dos espaços urbanos.

4. JUIZ DE FORA E SUA CONFORMAÇÃO URBANA

[...] Cidades não são objetos idealizáveis abstratamente e nunca se comportam de acordo com as fantasias de quem as trata dessa forma. São concretizações de modelos culturais, materializam momentos históricos e se desempenham como podem, tendo de comportar conflitos e conjugações que se armam e desarmam sem parar e em muitos níveis (SANTOS e VOGEL, 1985, p.7).

Demonstrou-se relevante no desenvolvimento da presente pesquisa a compreensão das dinâmicas que corroboram para a atual conformação urbana da cidade de Juiz de Fora. Para isso, me parece necessário o entendimento dos acontecimentos históricos que trouxeram a cidade até o cenário atual.

Dito isso, a história da cidade tem sua origem na construção do Caminho Novo por Garcia Rodrigues Paz. O caminho tinha por objetivo a ligação das regiões auríferas de Minas Gerais com a cidade do Rio de Janeiro. Assim que a construção do caminho foi finalizada a Coroa Portuguesa começa a distribuir sesmarias ao longo dele com o objetivo de povoar a região. Logo, João Carlos Ribeiro e Silva, que tinha por apelido “Juiz de Fora” devido a sua função de distribuir justiça pelo caminho, decide por estabelecer residência na margem esquerda do Rio Paraibuna e este teria sido o motivo da posterior escolha do nome da cidade, devido a João ter sido uma personalidade conhecida da região e sua residência ter possivelmente ter se tornado uma espécie de ponto de referência. Aos poucos o povoado foi crescendo e em 1853 a Vila de Santo Antônio do Paraibuna é elevada à categoria de cidade e em 1865 recebe o nome de Juiz de Fora (Geraldo, 2011).

No ano de sua criação a cidade possuía apenas 500 habitantes e contava com uma infraestrutura precária. Em menos de 50 anos este perfil foi completamente remodelado, tornando-se a cidade mais populosa da província de Minas Gerais devido aos setores agrícola, industrial e financeiro. Houve também uma alteração na motivação da ocupação da região, uma vez que a economia relacionada à mineração foi substituída pela monocultura cafeeira, atividades estas muito características de Minas Gerais (Geraldo, 2011).

A primeira fase de industrialização da cidade teria acontecido entre os anos de 1865 e 1990 e é marcada pela implantação das fábricas. A população alemã que foi expressiva nos primórdios da cidade teria chegado na região devido a contratação de trabalhadores estrangeiros pela Companhia União e Indústria. Após o fechamento da empresa, os alemães teriam firmado residência na região e consolidado seu sustento através da abertura de negócios próprios. Seguindo para a segunda fase da industrialização do município, as empresas seguiram se expandindo, com enfoque nas indústrias têxteis e favorecidas com o advento da eletricidade. O perfil industrial da cidade foi o que garantiu o apelido de Manchester Mineira presente em seu hino (Geraldo, 2011).

Alguns fatores de âmbito nacional teriam tido influência na decadência da economia com foco industrial de Juiz de Fora. Um deles, teria sido a fundação de Belo Horizonte no ano de 1897. Isso se dá pois o eixo econômico de Minas Gerais que costumava estar centrado na Zona da Mata acaba sendo transferido para a região central do estado. A decadência da economia cafeeira também teria tido influência neste processo. Outro fator importante seria a sucessão presidencial de 1930. No período, havia uma aliança entre paulistas e mineiros em que estes trocavam apoio entre si e se revezavam no governo do Brasil. No entanto, os paulistas decidem apoiar Júlio Prestes, o atual presidente de São Paulo, quando seguindo as regras do acordo deveriam apoiar Antônio Carlos Ribeiro de Andrade, juiz-forano e presidente de Minas Gerais. Este fato revoltou os mineiros que tomam a atitude como uma quebra da aliança entre os dois estados. Em represália, decidem apoiar Getúlio Vargas, que era gaúcho e que perdeu as eleições, mas assume a presidência através de um golpe. No entanto, este apoio não serviu de ajuda para a cidade e para impedir a decadência da economia industrial adotada até então (Geraldo, 2011).

A construção da Universidade de Juiz de Fora, na década de 60, teria sido a consolidação da mudança de foco econômico da cidade, que a partir daí passou a ser a prestação de serviços. Todavia, em 1975 o Distrito Industrial, localizado na zona norte da cidade, pode ser entendido como uma tentativa de retomada do perfil industrial (Geraldo, 2011).

A elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (2002) teria resultado na criação de um mecanismo de *city marketing* que teria como objetivo a inserção da cidade em uma economia globalizada, tornando-se um pólo de circulação de pessoas e serviços (Geraldo, 2011). Uma das obras do programa seria o Aeroporto Regional da Zona da Mata que se localiza no município de Goianá, Minas Gerais. *“O aeroporto poderá realizar a interligação de Juiz de Fora com o interior do estado e outras regiões, possibilitando o aumento de fluxos de pessoas e bens”* (GERALDO, 2011, p.61). Esta previsão feita pela autora de fato se concretizou, pois atualmente o aeroporto já oferece voos diretos para capitais como São Paulo, no entanto, ainda opera de forma precária em comparação com a capacidade que a sua infraestrutura poderia proporcionar.

A melhoria dos acessos viários no entorno da cidade também fazem parte deste plano, como por exemplo, a inauguração da BR-040 em 1982, da rodovia Rio-Bahia e demais estradas estaduais. Além disso, houveram maiores investimentos nas regiões da cidade que possuem proximidade com as rodovias, como a sudoeste e a noroeste. Com isso, foram surgindo novas polaridades na estrutura da cidade, uma vez que não mais o foco se manteve concentrado no seu centro (Geraldo, 2011).

Geraldo (2011) expõe uma observação interessante a respeito da paisagem urbana de Juiz de Fora, quando toca no aspecto de seus contrastes nos padrões residenciais e consequentemente nos padrões de renda e poder aquisitivo por trás destes. Segundo ela, este cenário teria se intensificado na década de 1990, pois neste período a urbanização de espaços privados teria sobreposto a dos espaços públicos, principalmente em condomínios residenciais fechados e com moradias unifamiliares. Em contrapartida houve no mesmo período o aumento de moradias informais como consequência da priorização do mercado imobiliário pela população de maior poder aquisitivo e uma vez que os investimentos do governo no âmbito habitacional eram insuficientes.

4.1. ESPAÇOS LIVRES EM JUIZ DE FORA

O lazer é um dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal brasileira (BRASIL, 1988) e também uma das principais reivindicações de uso dos

espaços livres das cidades contemporâneas. No entanto, Rolnik (2000), nos chama a atenção para o fato de que: *“Não é possível, hoje, imaginar o lazer como uma vivência simples, algo oposto ao trabalho, quando o lazer é reduzido ao consumo de mercadorias de prazer, mercadorias culturais, mercadorias turísticas”* (ROLNIK, 2000, p.2). Ou seja, vivenciamos hoje uma perspectiva de lazer que está atrelada ao consumo e este não pode ser alcançado por todas as parcelas da população mesmo que o lazer siga sendo um direito constitucional.

Além disso, Rolnik (2000) ressalta a existência de uma setorização tanto espacial quanto temporal do lazer nas comunidades urbanas, consequência da qualidade inóspita das cidades contemporâneas.

[...] Nesta concepção, o espaço urbano fica reduzido a um simples local de acesso, tornando-se apenas o suporte para a conexão de pontos, de endereços; rotas para se chegar aos locais onde existe o prazer; isso tanto dentro do espaço doméstico – televisão, vídeo e vida familiar – como nos espaços do consumo cultural e esportivo (ROLNIK, 2000, p.2).

Isto retoma as considerações previamente discutidas na presente pesquisa, a respeito da diferenciação dos espaços entre permanência e passagem, de forma que o urbano seja experienciado apenas em locais específicos e os demais espaços sejam considerados unicamente como caminhos para o acesso aos espaços que valham a pena. Para Rolnik (2000) esta atitude é uma preservação da qualidade de vida enquanto privilégio e não enquanto direito garantido a toda a população. Além disso, atua como uma estratégia do mercado imobiliário para valorizar e encarecer estas áreas especiais e superiores a qualidade geral encontrada na cidade como um todo. Através disso, as cidades são cada vez mais segregadas e díspares, pois o modelo tende a transformar as áreas desprivilegiadas em vias de circulação e acesso até as áreas privilegiadas e privadas, tornando ainda mais específico o acesso a algo que deveria ser de todos.

Todas as questões que foram abordadas previamente se encontram no cenário dos espaços livres destinados ao lazer na cidade de Juiz de Fora. Estes, são distribuídos de forma desigual e dentre as regiões de planejamento do distrito sede têm-se que a região Central é a mais privilegiada, tendo cerca de 28,10% do total destes espaços. Já a região Oeste, a qual o objeto de estudo deste trabalho pertence, é a menos favorecida contando com 8,26% destes espaços públicos, independentemente de sua grande densidade populacional. Além disso, é

perceptível uma alocação de espaços de lazer público em locais que possuem maior valor de terra, o que também é o caso da região central (DA SILVA ROSA; FANTIN; OKADA, 2020).

5. REGIÃO OESTE: A CIDADE ALTA

5.1. HISTÓRICO

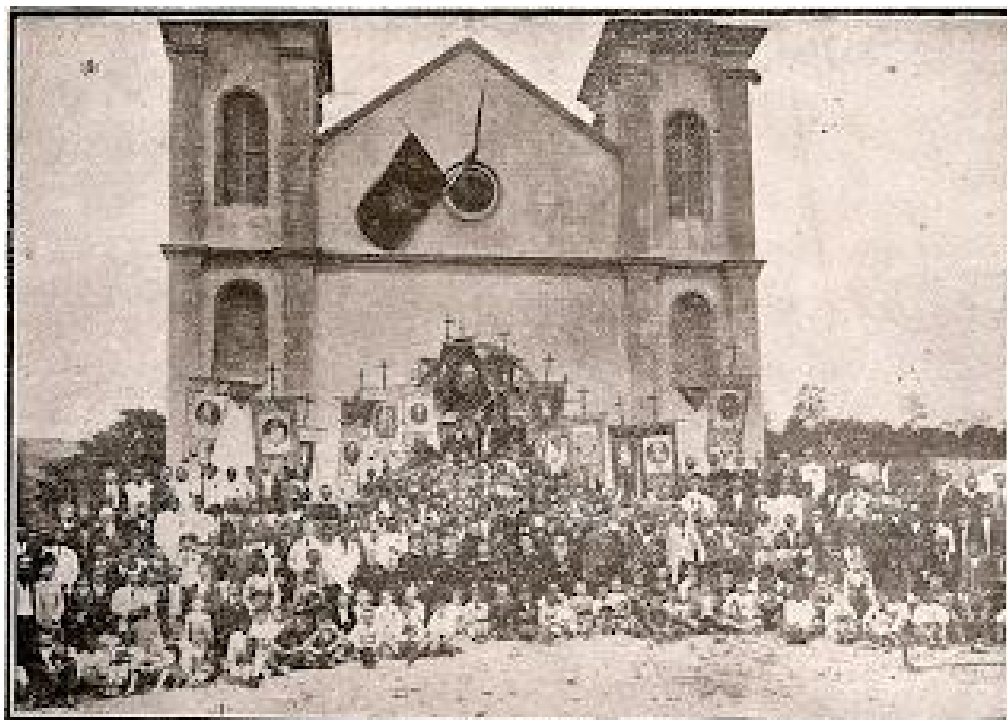
Iniciando a contextualização da região pelo seu histórico, temos que a ocupação da Cidade Alta se deu pelos imigrantes alemães que vieram ao Brasil com o objetivo de trabalhar para a Companhia União e Indústria por volta do ano de 1853. Apesar da grande quantidade de alemães que de fato chegaram a cidade e que provocaram um grande impacto, já que a cidade anteriormente contava com cerca de 600 habitantes, este número poderia ter sido muito maior, porém, houveram proibições por parte dos reinos germânicos que receberam denúncias e reclamações dos imigrantes que retornavam ao país de origem sobre as condições que viviam no Brasil (Geraldo, 2011).

Os colonos recém chegados se instalavam em acampamentos no Morro da Glória, que no período recebia o nome de Morro da Gratidão. Em consequência das condições precárias de vivência houveram surtos de doenças como o tifo, que teve vítimas fatais. (Geraldo, 2011)

Posteriormente lotes foram vendidos aos imigrantes, formando na colônia três núcleos de ocupação: A Colônia de Cima (atual bairro São Pedro), Colônia de Meio (bairro Borboleta) e Villagem (Rua Bernardo Mascarenhas). Eles foram orientados a plantarem gêneros alimentícios para abastecimento do mercado interno, porém a colônia se mostrou inviável pela péssima qualidade das terras vendidas e a falta de mercado para a produção. Logo, muitos abandonaram a colônia e se fixaram na cidade (Geraldo, 2011, p.79).

Aos poucos a Colônia de Cima, que deu origem ao bairro São Pedro, começou a se estruturar e a construir infra estruturas necessárias para a sua permanência na região, como por exemplo a igreja e o cemitério adjacente a ela que permanecem no local em pleno funcionamento até a atualidade. Vale ressaltar que os lotes adquiridos pelos imigrantes possuíam grandes dimensões o que possibilitou que eles os subdividissem de acordo com o surgimento de novos descendentes e que aos poucos a população local fosse crescendo (Geraldo, 2011).

Figura 14 - Colonos alemães em frente a atual Paróquia de São Pedro



Fonte: Arquivo de Marcelo Lemos, 1915 ⁴

Figura 15 - Vista da Colônia de São Pedro



Fonte: Arquivo de Marcelo Lemos, 1915⁵.

⁴ Disponível em:

<<https://www.mariadoresguardo.com.br/2010/03/igreja-de-sao-pedro-em-1915-do-album-do.html>>.
Acesso em 28 de Novembro de 2022.

⁵ Disponível em:

<<https://www.mariadoresguardo.com.br/2010/04/bairro-sao-pedro-em-1915-ou-anterior-do.html>>.
Acesso em 28 de Novembro de 2022.

A construção da Estrada de Ferro D. Pedro II e a falência da Companhia União e Indústria fez com que a colônia fosse extinta em 1885 e assim, a antiga Colônia de Cima recebeu o nome de São Pedro que é mantido até hoje. A herança alemã no bairro se perpetua apenas através de comemorações como a festa de São Pedro, pois, elementos como as arquiteturas do período não foram preservados até mesmo porque a precariedade que os colonos viviam na época não possibilitou que eles realizassem construções duradouras (Geraldo, 2011).

Inicialmente o principal acesso a Cidade Alta era a Estrada Engenheiro Gentil Forn, porém, no ano de 1977 a Avenida Independência foi construída e em 1982 a BR-040. Com isso, aumentaram as opções de acesso à região e por consequência ocorreu um incremento populacional. No fim da década de 1970, a região foi considerada área da expansão urbana devido a características como a sua topografia, a proximidade com o centro e a grande disponibilidade de lotes (Geraldo, 2011). Durante a administração do prefeito Mello Reis (1977-1981 e prorrogado até 1983) houve a encomenda de um Plano Diretor no qual a região teve sua expansão induzida e seu padrão de ocupação idealizado como classe média-alta. Isto teria sido consolidado através da implantação de equipamentos como o Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, o Aeroporto, o Estádio Municipal, o Centro de Pesquisas da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e dos inúmeros condomínios e loteamentos que aqueceram o setor imobiliário da região (Tasca, 2022).

A estratégia adotada visava instaurar um novo eixo econômico na cidade que estaria localizado na Zona Oeste. Além de todos os equipamentos implantados que atraíam investidores e possíveis moradores na região, os perfis destes empreendimentos eram manipulados para que a propaganda funcionasse para pessoas de maior poder aquisitivo. Apesar disso, o município também investiu em loteamentos populares na região com o auxílio de outras esferas governamentais. Com isso, surgiram muitas áreas de sub moradias. Este teria sido o início das disparidades socioeconômicas tão características da região (Geraldo, 2011).

No fim o plano não foi executado por ser considerado ousado, porém toda a movimentação e estudos feitos para conhecer a viabilidade do projeto fez com que a área se tornasse foco de investidores que obtiveram informações privilegiadas

acerca do potencial da região. Até então, a região era formada majoritariamente por residências tidas como secundárias por seus proprietários, com grandes áreas de lazer. Entre o fim dos anos 80 e o inícios dos 90 estas residências começaram a ser as principais de seus proprietários e com isso, surge a demanda de infraestrutura e comércios necessários a facilitar a vida no local. Essa alteração marca a transferência da população de maior poder aquisitivo dos centros para regiões mais periféricas da cidade, em busca da calma que estas áreas menos povoadas poderiam oferecer e conseqüentemente maior qualidade de vida (Geraldo, 2011).

5.2. CARACTERÍSTICAS SOCIOESPACIAIS

A região oeste, segundo a prefeitura de Juiz de Fora, é composta por 8 regiões urbanas, sendo elas: Borboleta, Morro do Imperador, Martelos, São Pedro, Cruzeiro de Santo Antônio, Nova Califórnia, Novo Horizonte e Aeroporto. Cada uma destas sendo subdividida por aproximadamente 50 bairros, loteamentos e/ou condomínios. O apelido “Cidade Alta” se dá pelas altitudes observadas na região em relação ao centro da cidade de Juiz de Fora.

Figura 16 - Regiões Urbanas da Zona Oeste de Juiz de Fora



Fonte: Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, s.d., adaptado pela autora.

Apesar da região ser considerada a menor do município em termos espaciais, quando se trata de números de bairro ocupa a segunda maior posição. O bairro São Pedro é o mais populoso dentre eles e isto pode ser atribuído inicialmente a proximidade com a BR-040 e posteriormente aos demais privilégios causados por ela através dos investimentos na região Oeste (Tasca, 2022).

Segundo o censo realizado pelo IBGE no ano de 2010 a região contava com aproximadamente 25 mil habitantes, número este sobre o qual pode-se dizer através de uma simples observação da região que já é superior na atualidade. No entanto, esta comprovação só poderá ser obtida através dos dados do censo realizado pelo IBGE no ano de 2022 que trará atualizações sobre a população da região.

A região apresenta uma próspera possibilidade de ocupação, no entanto, também apresenta restrições referentes ao abastecimento de água devido a elevada altitude, rede de energia elétrica em fase de ampliação e o sistema viário que tem sofrido com o adensamento populacional uma vez que apesar de suas boas condições possuem dimensões insatisfatórias para o fluxo atual (Tasca, 2022).

No tocante a saneamento básico, a coleta de lixo se destaca com cerca de 96% das residências atendidas, o abastecimento de água atende a 90,3% das residências, quanto a rede de esgoto observamos a situação mais precária, com apenas 84,8% das moradias atendidas (Geraldo, 2011, p.86).

Os recursos naturais da região são abundantes, sendo ela participante do ranking das dez regiões urbanas de Juiz de Fora com os maiores índices de áreas verdes. Essa característica, somada às altitudes e o microclima identificado no local foram um dos atrativos amplamente divulgados pelo setor imobiliário durante a sua tentativa de incentivar o adensamento populacional da região (Geraldo, 2011).

A disparidade socioeconômica da região é uma característica marcante e que se reflete no aspecto espacial, ocorrendo até mesmo dentro de um mesmo bairro. Na atualidade é perceptível um processo de renovação das edificações da região, que vem sendo substituídas por um padrão característico de uma população de renda elevada. Há também diversidade no âmbito do parcelamento do solo em que há localidades com lotes reduzidos e poucas áreas desocupadas, como no centro do bairro São Pedro, e locais com lotes medianos e construções de padrão inferior que vêm sendo substituídas por um padrão construtivo elevado, como no caso do bairro Santos Dumont. Também são identificadas áreas com predominância de população

de renda elevada, marcadas por loteamentos fechados como o segmento próximo ao Morro do Imperador e áreas com lotes maiores com padrão de granjeamento nas proximidades da Represa São Pedro (Tasca, 2022).

Existem no espaço urbano residencial da Cidade Alta diferentes formas de ocupações: Loteamentos/Condomínios fechados, conjuntos habitacionais, autoconstrução e ocupações mais antigas. Tem-se assim, o estabelecimento de novos padrões de desigualdade social urbana que se traduzem em morfologias espaciais contraditórias. As diferenças na ocupação refletem as imensas disparidades de renda, e tornam o espaço hierarquizado e fragmentado. Os usos apresentados decorrem da atuação coordenada e/ou desordenada de proprietários fundiários, incorporadores/promotores imobiliários e do Estado (Geraldo, 2011, p.88).

Esta disparidade que se reflete tanto no âmbito socioeconômico quanto no espacial da região torna comum situações em que condomínios fechados e áreas repletas de sub moradias sejam separados unicamente por um muro. Essa relação fez com que as áreas periféricas tivessem acesso a infraestrutura, equipamentos e serviços públicos que historicamente costumam ser precários nas áreas não centrais das cidades. Porém, esta situação acaba por prejudicar a população de baixa renda ao invés de favorecer-la, pois, uma vez que a região passa a ser valorizada ela passa a sofrer com a especulação imobiliária e aos poucos os moradores com menor poder aquisitivo são levados a se mudar por não terem condições de se manterem na região (Geraldo, 2011). Este fenômeno é o que chamamos de gentrificação.

Em conclusão, temos uma região originária da imigração alemã que teve seu desenvolvimento orquestrado pelo poder público como estratégia para a mudança de perfil econômico da cidade. Com isso, o perfil populacional foi se modificando ao longo dos anos, porém, a população originária se manteve na região, o que faz com que as ocupações sejam diversas. A diversidade encontrada na região Oeste é um fator relevante pontuado por Santos e Vogel (1985):

[...] A diversidade propicia também muitos contatos e não pode existir sem eles, que, por sua vez, são a sua consequência necessária. Não só muitos contatos, mas contatos com muitos. [...] Sua verdadeira importância fica evidente a partir do momento em que venham a ser reconhecidos como elementos de um conjunto. [...] Quando a consideramos desse ângulo, ela nos aparece como uma grande mistura de relações num mesmo espaço social. Chega mesmo a dar a impressão de algo confuso, intrincado e difícil de compreender. Mas, trata-se apenas de consequências de uma ordem não percebida como tal (SANTOS e VOGEL, 1985, p.87).

Além disso, pode-se dizer que a diversidade auxilia na crescente ocupação da região, uma vez que oferece possibilidades para diferentes públicos.

5.3. ESPAÇOS LIVRES REGIÃO OESTE

No tópico “Espaços livres em Juiz de Fora” da presente monografia foram apresentados dados em relação a distribuição das áreas livres destinadas ao lazer na cidade. Nele, foi observado também que a região Oeste apresenta apenas 8,26% das áreas livres destinadas ao lazer selecionadas para compor o universo da pesquisa citada (DA SILVA ROSA; FANTIN; OKADA, 2020). Por isso, é possível afirmar que a região possui um grande déficit no aspecto dos espaços livres destinados ao lazer e, o aumento do adensamento populacional recente, faz com que este fator seja um acréscimo na diminuição da qualidade de vida da região. Além disso, a qualidade dos poucos espaços existentes deixa a desejar em qualidade.

[...] cabe nota que as regiões periféricas estão mais desassistidas no quesito do lazer em comparação às regiões centrais e suas adjacências, tanto da ótica de área de cobertura (em média) dos espaços de lazer, quanto por questões de infraestrutura observadas durante o processo de levantamento e caracterização desses espaços (DA SILVA ROSA; FANTIN; OKADA, 2020).

Essa situação é de conhecimento da Prefeitura Municipal, pois no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora do ano de 2000 há o seguinte comentário:

Apesar dos equipamentos públicos de grande porte, a RP carece de áreas para lazer e, em especial, denota-se a falta das "praças de bairros" nas regiões de maior concentração populacional. A razoável oferta de áreas desocupadas possibilita uma estruturação desses equipamentos (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2004. p.65).

Além de reconhecer que a região possui áreas em que poderiam ser implantados espaços livres destinados ao lazer para a população, o documento também reconhece que a presença do Morro do Imperador, da Represa de São Pedro, da UFJF e de algumas outras áreas verdes conferem ao local uma grande relevância ambiental, colocando a região como a mais bem servida em áreas verdes dentre toda a cidade (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2004). Áreas estas em que não se identificam movimentos responsáveis pela sua preservação e tão pouco incentivo a interação entre sociedade e natureza. Ou seja, apesar do

reconhecimento da falta de espaços dignos que ofereçam lazer a uma população que cresce cada vez mais, não há projetos destinados à resolução desta problemática.

6. O BAIRRO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

O bairro Nossa Senhora de Fátima está localizado na Zona Oeste da cidade de Juiz de Fora, fazendo portanto parte da chamada “Cidade Alta”. A cidade de Juiz de Fora, até o momento da presente pesquisa não possui uma delimitação exata de seus bairros, e portanto os enquadra nas chamadas Regiões Urbanas. Nessa classificação o bairro faz parte da Região Urbana Martelos, juntamente com bairros como o Jardim Casablanca e o Adolfo Vireque. Por isso, a área compreendida enquanto bairro Nossa Senhora de Fátima nesta monografia será a ilustrada a seguir.

Figura 17 - Mapa do bairro Nossa Senhora de Fátima com delimitação feita pela autora



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

6.1. HISTÓRICO

Os únicos registros que se tem da história do bairro Nossa Senhora de Fátima tem como origem a Associação de Moradores de Fátima (AMF), fundada em outubro de 1983. As demais informações são obtidas através da oralidade, e são respaldados unicamente na memória dos moradores ainda vivos, grupo este que eu e minha família fazemos parte. A associação é originária da colaboração entre os moradores dos loteamentos Jardim de Fátima e Nossa Senhora de Fátima, e é de extrema importância para o contexto histórico do bairro, pois representa uma formalização do senso de comunidade e busca pelos direitos sociais da população do local.

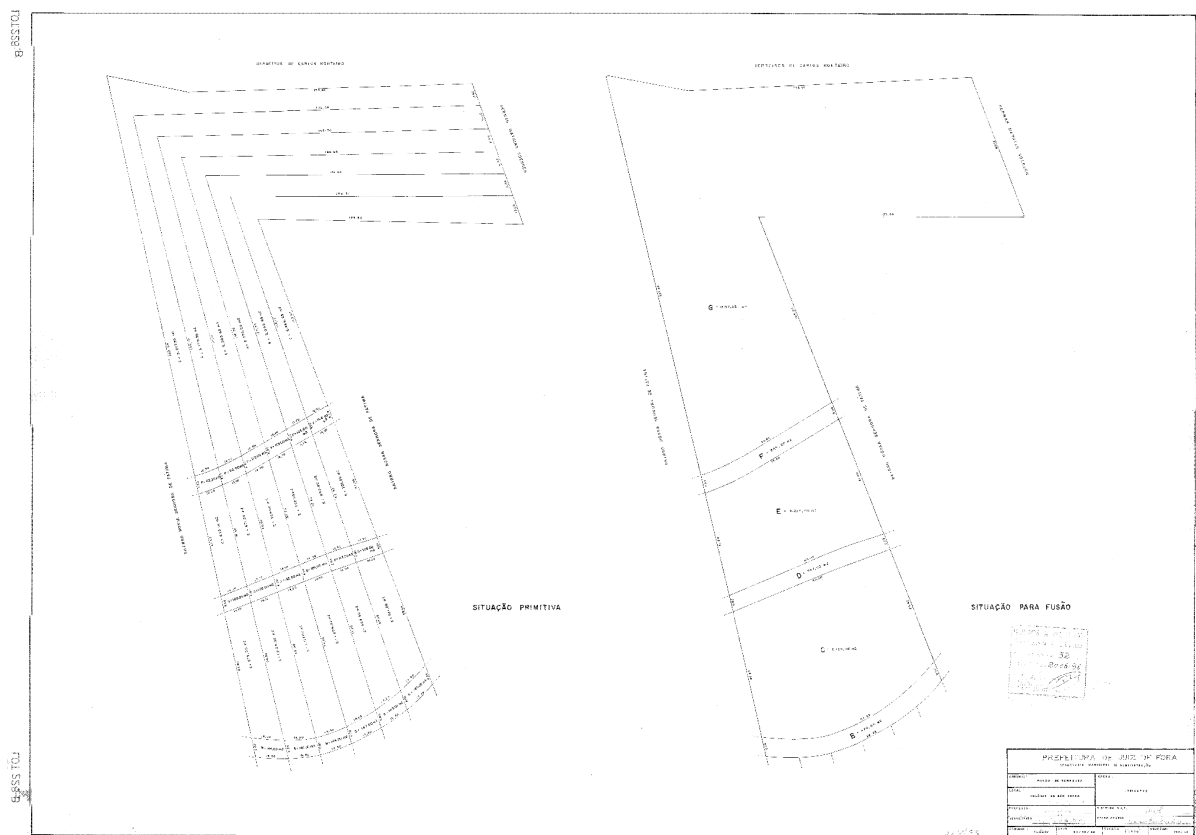
Essa precariedade informativa tornou-se um relevante motivador para a constituição da presente monografia, pois, é notório que com o passar dos anos e se tratando de uma história coletiva, os registros materiais vão se perdendo, assim como os registros orais que se perdem devido ao falecimento daqueles que participaram dos fatos no período de seu acontecimento. Por isso, essa pesquisa se trata também de um instrumento de formalização de uma história que tem sua importância renegada devido à informalidade dos acontecimentos que até então não haviam sido organizados.

A origem do bairro está diretamente relacionada com a imigração alemã que se estabeleceu na região da Cidade Alta. Apesar de não terem sido encontradas informações a respeito dos primeiros moradores serem de origem alemã, há um breve relato sobre a existência de um “Centro Comunitário de Fátima” ligado à Paróquia da Glória por volta do ano de 1960. Esta seria a paróquia localizada no que conhecemos hoje como Morro da Glória e sobre o qual se tem o conhecimento de ser uma das bases de assentamento dos imigrantes alemães que chegaram em Juiz de Fora. Além disso, mesmo que não fosse possível afirmar tal ligação, é notório que a presença da população alemã fez com que a região Oeste como um todo se mostrasse enquanto local habitável e consequentemente foi um dos atrativos que resultou no povoamento do bairro Nossa Senhora de Fátima. É importante ressaltar que tais afirmações são baseadas unicamente nas correlações que o contexto histórico da região proporciona, uma vez que os registros históricos do bairro datam

da origem da AMF e que portanto, só nos permitem obter informações a partir do ano de 1983, ano este em que o bairro já existia a pouco mais de 30 anos.

Os relatos dos moradores registrados em ata permitem compreender que, segundo eles, existem três loteamentos que compõem o bairro Nossa Senhora de Fátima e estes surgiram em diferentes períodos da história. Infelizmente os registros não permitem mensurar uma data específica do surgimento do primeiro deles, o Jardim de Fátima, pois este constava enquanto irregular perante a prefeitura. Essa situação é uma das pautas mais discutidas e registradas nas atas de reuniões da associação de moradores, uma vez que, estes buscavam incansavelmente a solução. Isto porque a situação sempre era posta pelo poder público como obstáculo para a resolução dos problemas de infraestrutura enfrentados pelos moradores. Em 1995 ocorre uma associação com a EMCASA (Companhia Municipal de Habitação e Inclusão Produtiva) começam as movimentações deste processo, que teria como cerne da problemática a incompatibilidade das plantas apresentadas pelo dono do loteamento com as que constam nas documentações dos proprietários dos lotes. Identificado o problema, um levantamento topográfico seria feito para a atualização dos dados e respectivo cadastramento, por fim, os moradores arcariam com as despesas referentes às escrituras de seus terrenos. No entanto, não foram encontrados relatos de que este processo teria sido concluído, havendo ofícios ainda solicitando a regularização datados de 2012 e, em contato com a prefeitura, a única planta desta parcela do bairro data de 1996 e se encontra em situação primitiva como pode ser observado a seguir.

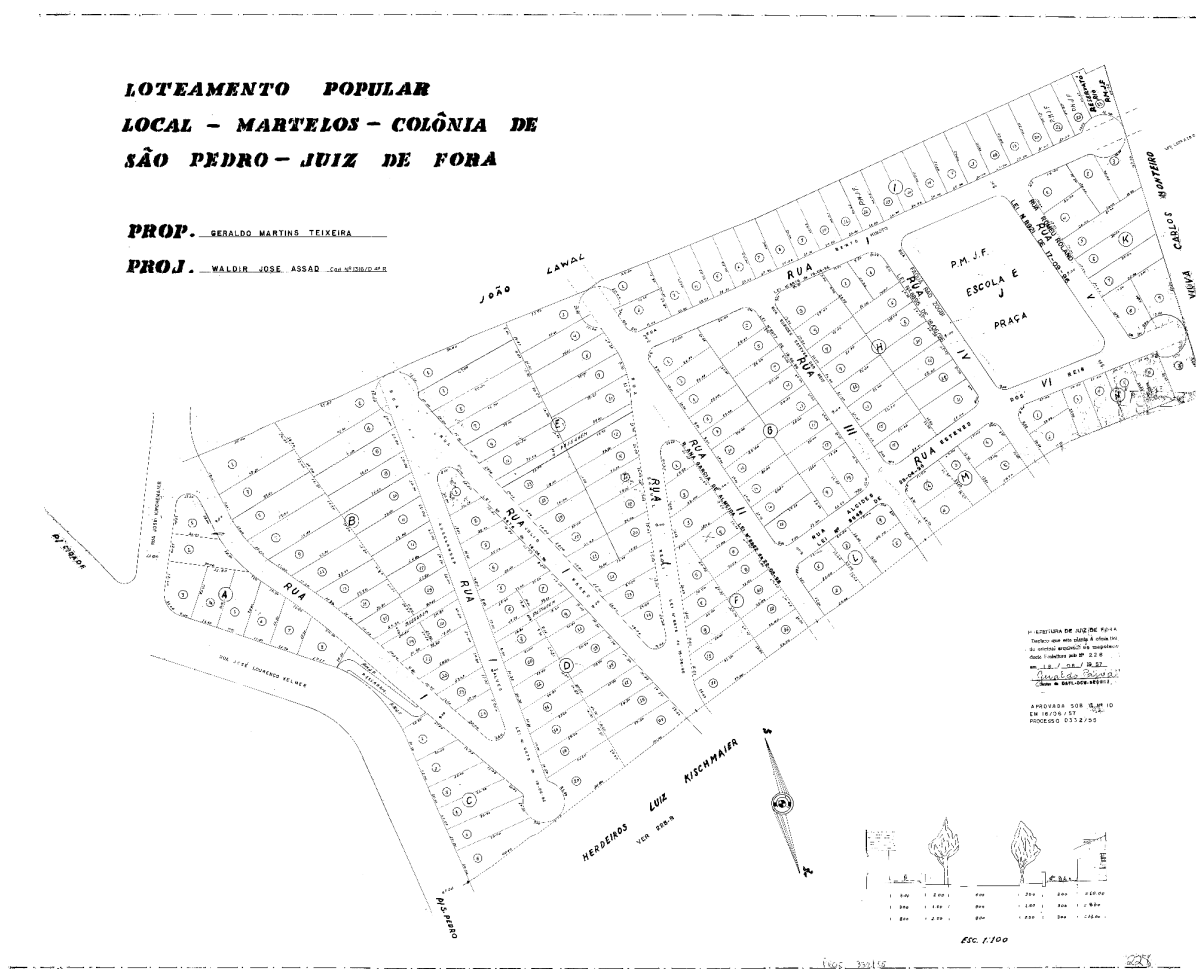
Figura 18 - Planta do loteamento Jardim de Fátima em situação primitiva



Fonte: Arquivo concedido pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 1996.

Em 1957 foi aprovada a documentação do loteamento Nossa Senhora de Fátima, que se assentaria na parte mais alta do morro em que o bairro se localiza. A partir disso, pode-se afirmar que o loteamento Jardim de Fátima surgiu antes deste período devido a relatos de moradores desta parcela que diziam já haver casas nas partes mais baixas do bairro quando chegaram.

Figura 19 - Planta do loteamento Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Arquivo concedido pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, 1957.

Apenas em abril de 1994 o último loteamento que complementa a atual conformação do bairro surge, chamado Planalto. Essa nomeação é encontrada unicamente nos registros feitos pelos moradores nas atas de reuniões da AMF, ao solicitar a planta dos loteamentos que compõem o bairro não foram encontradas/concedidas nenhuma documentação que comprovasse que esta parcela era denominada dessa forma pela Prefeitura Municipal. Este loteamento, porém, chega em um bairro muito diferente do que foi encontrado pelos seus antecessores, pois já nesse período muito havia se conquistado através da luta popular que será contada a seguir.

Figura 20 - Demarcação dos antigos loteamentos na conformação atual do bairro Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2022.

Alguns relatos permitem reconstituir a dinâmica entre a população da época como o que pode ser visto a seguir:

A candidata a presidente da nova diretoria Edna Rodrigues, colocou a importância da participação de todos os moradores na associação, a importância da união dos moradores do morro com os das ruas de baixo, ressaltando a existência de problemas específicos aos do morro, como a legalização do loteamento, o calçamento e a água que, no entanto, afetam indiretamente todos os moradores do bairro [...] (ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE FÁTIMA. Juiz de Fora. Ata da reunião que elegeu a nova diretoria da Associação dos Moradores de Fátima realizada em 17 de janeiro de 1988. Livro A-5, p.20).

Isto nos dá a entender que havia uma diferenciação notória entre aqueles que viviam nas partes mais baixas do bairro e aqueles que viviam nas mais altas. As dificuldades para aqueles que viviam no ponto mais alto da topografia eram superiores, tanto pela falta de acesso adequado, quanto pela falta de infraestrutura como um todo. Isso remonta uma estrutura vista no urbano no geral, em que em sua maioria os pontos mais altos da paisagem urbana são segregados em relação aos demais. É interessante notar que tal segregação acontece até mesmo quando se comparam pedaços de uma mesma região desprivilegiada.

Já sobre a relação dos moradores com os demais acontecimentos presentes na Cidade Alta em uma das reuniões vemos o seguinte relato: *“O problema da UFJF é levantado: ela só traz problemas para nós e não colabora com nada para o nosso progresso”* (ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE FÁTIMA. Juiz de Fora. Ata da reunião com assistentes sociais do PROSANEAR em 01 de dezembro de 1992. Livro A-5, p.54). A perspectiva em questão é salientada pois como foi abordado anteriormente, do ponto de vista urbanístico o papel da UFJF e seus impactos na cidade alta foram positivos, trazendo maior relevância para a área em questão e consequentemente melhorias na infraestrutura. No entanto, através deste relato podemos perceber que na visão dos moradores que conviviam com a instituição em seus primórdios, ela não fornecia benefícios a eles. Isto retoma a ideia de que as dinâmicas espaciais, e situações como acontecimentos históricos muitas vezes não são identificados da mesma forma que fazemos anos após seu acontecimento onde todos os processos já estão consolidados. É notório a relevância da UFJF no entorno, porém, a sua colocação na região também causou transtornos aos moradores que tiveram a dinâmica da Cidade Alta como um todo alterada.

Desde o início, a AMF se demonstra comprometida com as causas sociais que estão atreladas a melhoria das condições de vida dos moradores dos até então, loteamentos. Reforçam durante as suas reuniões a preocupação de que seus membros não atuem objetivando fins políticos partidários, e asseguram que os representantes não utilizem essa espécie de interesse pessoal em nome da associação. Tais posicionamentos são reforçados pelo estatuto criado na época de sua fundação e que foi sendo atualizado ao longo dos anos, e é uma importante formalização do comprometimento social desta população, que, uma vez que se viu invisibilizada pelos governantes resolveu assumir o compromisso de conquistar direitos que não deveriam precisar ser conquistados. Apesar disso, são inúmeras as reuniões com candidatos que prometem acatar as reivindicações da população e, infelizmente, grande parte delas, senão todas, foram ignoradas após o fim do período eleitoral.

A primeira requisição de infraestrutura e obstáculo encontrado pelos moradores que ocuparam a área foi o acesso a ela. Há relatos da dificuldade, principalmente daqueles que viviam nas áreas mais elevadas, em ter que lidar com as ruas de terra precariamente abertas pelos próprios moradores com enxadas, sem

qualquer planejamento e objetivando apenas facilitar seus percursos diários. Aos poucos a qualidade dessas ruas foi aumentando, passando por assentamentos de pedra até enfim chegar ao asfaltamento, que só foi completado em todas as ruas do bairro em maio de 2000. No entanto, devido à falta de planejamento, grande parte das ruas tem dimensões insuficientes para o acesso adequado de veículos grandes ou até mesmo a implantação de uma via de mão dupla.

Um importante facilitador do acesso ao bairro é o escadão, que se trata, como a maioria das infraestruturas presentes no bairro, fruto de um mutirão organizado entre a população. Ao longo do tempo a sua manutenção também foi mantida pelos moradores e a sua iluminação foi conquistada através de reivindicações perante a prefeitura somente em 1994, anos depois de sua construção.

Figura 21 - Recorte de Jornal a respeito da situação do escadão



Fonte: Jornal Panorama, 2004.

Uma das inúmeras atividades realizadas pela mobilização dos moradores teve seu início em Setembro de 1984, durou cerca de um mês, contava com cerca de 34 moradores e tinha como objetivo a construção da rede de esgoto em parte do bairro. O órgão público responsável por este tipo de serviço na época era o DAE (Departamento de Água e Esgoto), que alegava não realizar a tarefa pois as ruas do bairro não possuíam as características necessárias ao projeto. Isso se dá pois o assentamento dessa população como um todo foi feito de forma informal e por isso, com o passar dos anos, foram surgindo problemas em relação a estrutura urbana precarizada uma vez que esta, em grande parte, foi constituída pelos moradores do local.

Apesar da conquista da rede de esgoto para a parte mais baixa do bairro, os pontos mais altos seguiram sofrendo sem essa infraestrutura por vários anos. Um dos projetos citados nos registros para a resolução desta problemática é o projeto PROSANEAR (Programa de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário para as Populações de Baixa Renda em Áreas Urbanas), que seria:

[...] programa piloto de saneamento implementado no Brasil com financiamento do Banco Mundial [...]. A abordagem inovadora do Programa - combinação de tecnologias apropriadas de baixo custo e participação comunitária - foi a chave de seu sucesso. [...] Além dos benefícios diretos, o Programa trouxe importantes benefícios indiretos às comunidades, tais como: melhores condições de saúde, desenvolvimento comunitário, criação de organizações representativas das comunidades e melhor relacionamento entre órgãos públicos prestadores de serviços e a população de baixa renda (BANCO MUNDIAL, s.d., p.1).

Os registros em ata contam com diversas reuniões com as assistentes sociais que representavam o projeto, em que elas explicavam que a liberação da verba estaria atrelada à educação sanitária da população e por isto estes eram os assuntos da maioria de suas reuniões. O dinheiro que compunha a verba do projeto teria sua origem 50% do Banco Mundial, 25% do Município e 25% da Caixa Econômica Federal. A licitação das obras teria ficado a cargo de uma empresa vinda de Belo Horizonte, e esta, começaria no mês de Outubro de 1992.

O abastecimento de água também se demonstrou problemático ao longo dos anos na região, principalmente nas partes mais altas do bairro, que por muitos anos sequer foi contemplada pela rede de abastecimento de água e tinha acesso apenas através de um caminhão pipa enviado pela CESAMA (Companhia de Saneamento Municipal) que realizava o abastecimento semanalmente. Em março de 1993 uma

bomba foi instalada no bairro para que a água fosse bombeada para as áreas de maior altitude, no entanto, havia precariedade também no sistema elétrico que dificultava o seu funcionamento. O sistema de captação de águas pluviais também era inexistente e, por isso, as ruas conquistadas através de autoconstrução acabavam sendo destruídas nos períodos chuvosos. Consequentemente, o bairro tinha seu acesso ainda mais dificultado.

A questão do transporte público também se trata de uma reivindicação que participa da vida dos moradores desde os primórdios do bairro. Na documentação disponibilizada pela AMF, são encontrados diversos ofícios em tentativa de diálogo a respeito da questão do transporte que só foi conquistado em agosto de 1999. A problemática se dava pela dificuldade de acesso dos veículos que quebravam com facilidade devido a topografia do local atrelada a falta de asfaltamento adequado das ruas.

A segurança também é um ponto de discussão em diversos registros. No início, as casas presentes no bairro eram poucas e afastadas umas das outras e com isso, em seu período de construção houveram muitos furtos de materiais. Pode-se dizer, que isso é uma das consequências da inexistência dos chamados “olhos da rua”, conceito de Jane Jacobs (1961), naquele período. O único Posto Policial da região é o que está localizado na Av. José Lourenço Kelmer, e que assim como nos dias atuais não se demonstra suficiente para realizar o patrulhamento da área como um todo.

A falta de iluminação pública faz parte das infraestruturas inexistentes no bairro. E, assim como a maioria das infra estruturas já citadas foi obtida primeiramente pela parte mais baixa do bairro. Apenas em 1999 vemos relatos de que a iluminação pública na parte alta do bairro foi finalmente conquistada.

É nesse período também que se iniciam as discussões a respeito da escolha dos nomes das ruas que até então eram discriminadas através de letras. Este processo de renomeação das ruas só é finalizado no ano de 1999, parte delas recebe o nome de moradores recentemente falecidos e que tiveram grande participação nas reivindicações dos moradores, como Cecília Maria Ribeiro. Já a outra parte das ruas recebe o nome dos integrantes do grupo musical Mamonas Assassina, também recentemente falecido no período de escolha dos nomes. A

homenagem aos antigos moradores pode ser interpretada como uma das formas de escrever a história de toda a luta popular protagonizada por eles. Porém, infelizmente poucos têm acesso a essas informações e a maioria dos atuais moradores não reconhece essas origens que estão impregnadas nos locais que fazem parte de seu dia a dia. Isto pode ser tido como um dos reflexos da falta de identidade/identificação que o bairro tem vivenciado, pois uma vez que sua história não é repassada não há como haver reconhecimento e identificação com a mesma.

Figura 22 - Relação da alteração dos nomes das ruas do bairro Nossa Senhora de Fátima

RELACÃO DAS RUAS DO BAIRRO N. SRA. DE FÁTIMA	
1.	<u>Sebastião Santo Pilato</u> : Antiga rua "E" com prolongamento da rua "F" até esquina da rua Alcides Esteves dos Reis.
2.	<u>José Izidoro Teixeira</u> : Antiga rua "F" da esquina com antiga rua "E" até encontrar a Prof. Sérgio Lessa, no loteamento Planalto.
3.	<u>Prof. Sérgio Lessa</u> : Antiga rua "A" do loteamento Planalto.
4.	<u>Alcides Esteves dos Reis</u> : Antiga rua "6" (seis) a rua dos Sr. Josías.
5.	<u>Ana Garcia de Almeida</u> : Antiga rua "2" (dois), é a rua que sai da esquina com a rua "6" (seis) até a esquina com antiga rua "1" (um).
6.	<u>Eurides Esteves dos Reis</u> : Antiga rua "3" (três) a rua da D. Elza.
7.	<u>Fádua Rad Zogbi</u> : Antiga rua "4" (quatro) acima da rua da D. Elza.
8.	<u>Romeu Roland</u> : Antiga rua "5" (cinco) a rua do dentista.
9.	<u>Bento Hinoto</u> : Antiga rua "1" (um) a rua do Bar do Armando, começa na esquina da rua "2" (dois) e vai até a esquina da rua "5" (cinco).
10.	<u>Maria Teixeira Lopes</u> : Antiga rua "D" abaixo da rua "E".
11.	<u>Celina Maria Ribeiro</u> : Antiga rua "B" e "C" começa na rua N.sra. De Fátima e termina na esquina com Maria Teixeira Lopes antiga rua "D".
12.	<u>N.sra. De Fátima</u> : É a rua principal do bairro, começa próxima a Igreja e termina no entroncamento que vai para bairro Cerro-Azul.
13.	<u>Alecsander Alves</u> : Antiga rua "1" (um) começa no entroncamento que vai para bairro Cerro-Azul, e vai até a esquina próxima a casa da D. Geralda.
14.	<u>Júlio Rasec</u> : Esta rua faz parte da antiga rua "1" (um) começa na esquina com Alecsander Alves, e vai até a esquina próxima a casa do Sr. José dos Santos, onde começa a Maria Teixeira Lopes.
15.	<u>Samuel Reoli</u> : Esta rua também faz parte da antiga rua "1" (um) começa na esquina da Julio Rasec e vai até esquina da Bento Hinoto a rua do bar do Armando.

Fonte: Arquivo concedido pela Associação Moradores de Fátima, s.d.

Muitas foram as reivindicações dos moradores e poucas foram atendidas. Dentre elas, a coleta de lixo e um telefone público comunitário fazem parte das vitórias alcançadas por uma população que aos poucos melhorava a sua condição de vida através da conquista de direitos básicos.

Há diversas tentativas de chamar a atenção do governo através da imprensa local, como pode ser percebido através das matérias jornalísticas inseridas ao longo desta pesquisa. Iniciativas como a criação de um jornal próprio da comunidade também são levantadas e reuniões em colaboração com as associações de moradores de outros bairros da Cidade Alta, que infelizmente não foi uma ideia que teve prosseguimento. Houveram também diversas reuniões com representantes do poder público de diversos setores, inclusive os respectivos prefeitos cujos mandatos compreendem a história do bairro contada aqui. Tudo isto demonstra que a população reconhecia a importância de suas vozes serem ouvidas e buscavam oportunidades para que isto fosse concretizado.

Figura 23 - Reportagem Jornalística sobre o bairro Nossa Senhora de Fátima e suas reivindicações

Tribuna de Minas
SABADO
10 de outubro de 1998

Cidade 3

Nossa Senhora de Fátima

Bairro cresce sem conquistar antigas reivindicações

Algumas ruas permanecem sem o asfaltamento, reivindicado por moradores mais antigos, que também pedem energia elétrica e transporte coletivo

GRACIELA GERVASIAN
REPORTER

Há 22 anos morando no Bairro Nossa Senhora de Fátima, na Zona Norte, seu José Izidoro Teixeira é hoje considerado o morador mais antigo do local, sendo conhecido também como seu fundador na comunidade. "Quando cheguei aqui, era tudo mato. Construí minha casa trazendo o material por uma pequena trilha, que nós mesmos 'abrimos'", conta, com orgulho, o dono da famosa barracquinha de doces.

Seu José viu a localidade crescer e o desenvolvimento chegar aos poucos. Viu uma parte do bairro, distante de sua casa, ser asfaltada, depois de lutar junto à Prefeitura pela melhoria. Ele continua enfrentando os velhos problemas de quando a região era menos habitada. Das 12 ruas do bairro, seis ainda não possuem asfalto, o que representa uma dificuldade constante para os moradores. Apesar de ser originado de um loteamento aprovado pela Prefeitura em 1957, o Nossa Senhora de Fátima ainda luta por direitos básicos além do asfaltamento, como energia elétrica e transporte coletivo.

O presidente da Sociedade Pró-Melhoramentos (SPM), Ademir Mendes, conta que o bairro é dividido em dois. A primeira metade é resultado de invasão e já possui asfaltamento em todas as ruas. Já a parte alta é a mais prejudicada.

A falta de asfaltamento dificulta os serviços de coleta de lixo e a vida dos moradores, principalmente em épocas de chuva. A Rua 6 é um exemplo. Com o tempo seco, os carros têm dificuldade em subir a via, que desliza com muita facilidade. Ademir Mendes lembra que, quando chove, os moradores da parte alta têm que descer esta rua para depositar o lixo em um lião para o qual o Demurb possa retirá-lo. "O caminho não sobe de jeito nenhum. Os moradores ficam muito prejudicados", Mendes afirma que já mandou dois oficiais para a Prefeitura, mas ainda não obteve resposta.

A ausência de energia elétrica nas ruas 1, 4, 5 e 6 deixa parte da comunidade insegura e com medo. Luzia Amarilha de Souza conta que, todos os dias, sobe as ruas completamente escuras. "Eu chego do trabalho, por volta das 22h, e subo sozinha. Morro de medo, mas infelizmente não tem outro jeito". Em sua casa, a energia é conseguida da rua abaixo, através de ligações clandestinas. A única área de lazer, improvisada, só pode ser aproveitada durante o dia, já que também fica localizada na região escura do bairro.

BAIRRO CRESCE

O bairro, que cresce a partir de ruas íngremes, tem diversas necessidades, entre elas a falta de uma área de lazer para a comunidade

Ausência de asfalto prejudica transporte coletivo

A falta de asfaltamento torna impossível um sonho da comunidade: o transporte coletivo. Hoje os moradores descem e sobem até seis ruas íngremes para pegar os ônibus que passam na Avenida João Lourenço Kelmner, que dá acesso ao Bairro São Pedro. "Pegamos os ônibus Universidade, São Pedro e Santos Dumont, que já passam cheios neste ponto.", Elza Maria Fialo de Souza sente na pele o problema. Moradora da Rua 6, uma das mais altas, ela conta que já sai de casa sabendo que vai ter que esperar. "Algumas vezes, o ônibus passa lotado e não pára. Sem contar este morro todo que temos que subir e descer sempre que precisamos de alguma coisa".

A SPM do bairro já solicitou uma linha de ônibus à Secretaria Municipal de Transportes (Setra), mas, segundo Mendes, o secretário Luiz Carlos de Carvalho informou que isto só seria possível com o asfaltamento das ruas.

O Nossa Senhora de Fátima também não tem comércio próprio. Os dois bares que existem no bairro não são suficientes para suprir nem as necessidades mais simples e os moradores utilizam o Bairro São Pedro como uma extensão.

PJF responde

Parece que os moradores do Bairro Nossa Senhora de Fátima terão que aguardar mais um longo tempo para terem suas reivindicações atendidas. Segundo a Assessoria de Comunicação da Prefeitura, o asfaltamento das ruas está aguardando a disponibilidade de recursos para ser executado pela Secretaria Municipal de Obras (SMO). A limpeza e implantação de bocas-de-lobo, segundo a assessoria, também já foram programadas pela Secretaria de Obras.

Para a confecção das placas com o nome das ruas, a Prefeitura explica que o pedido deve ser encaminhado ao Grupo de Assessoria Comunitária (GAC), que o passará para a Setra. Sobre a falta de energia elétrica, o órgão afirma que é prioridade da SMO a colocação de seis postes nobres, e que o serviço deverá ser executado no início de 1999.

Falta de placas dificulta localização das vias

Com a reivindicação da comunidade é a falta de placas com os nomes das ruas. O presidente da SPM conta que já foram encaminhados vários pedidos à Prefeitura neste sentido, mas nenhuma providência foi tomada. Enquanto o poder público não viabiliza a colocação destas placas, os moradores enfrentam problemas que podem se tornar sérios. Ademir Mendes explica que a dificuldade na entrega de correspondências já é uma realidade. "Já recebi cartas de outras pessoas. Os correios não têm como saber em que rua estão, e não sei que perguntem para outras pessoas. Isto atrasa o trabalho e não é 100% seguro". Quando se trata de táxi, o problema é ainda mais grave. "Uma vez pedi um táxi e ele demorou 55 minutos para chegar. Era meia-noite e não havia pessoas na rua para informar o endereço. Se fosse um caso de urgência, poderia ter acontecido uma tragédia".

As bocas de lobo também são uma necessidade para os moradores. As que existem estão precisando de limpeza e de gradeamento. Nas ruas 2, 6 e no prolongamento da F, a falta de redes de captação de águas pluviais traz preocupação para os moradores, que temem inundações em épocas de chuvas.

ACESSO

As ruas íngremes e sem asfalto tornam difícil a passagem dos veículos e dos ônibus urbanos

Fica demonstrado através das atitudes dos membros da Associação Moradores de Fátima que esta população toma para si responsabilidades que, em sua maioria, deveriam caber ao poder público uma vez que muitas delas se referem a direitos garantidos por Constituição. No entanto, a união dos moradores e sua força de vontade para conquistar seus direitos não foram suficientes para garanti-los.

Em 1997 ocorreu a união entre as associações do bairro Nossa Senhora de Fátima e do bairro Cidade Universitária. A partir daí, passa a ser nomeada como Associação dos Moradores de Fátima e Cidade Universitária (AMFCU). Nos relatos, os moradores demonstram que o objetivo dessa união seria a maior participação popular, uma vez que o número de moradores das áreas abrangidas tornou-se maior, e conseqüentemente maior peso e consideração pelas reivindicações realizadas. No entanto, é a partir desta decisão que observamos o início da decadência da entidade e conseqüentemente dos registros da história do bairro. O número de participantes tornou-se cada vez menor de acordo com o passar dos anos e nos anos de 2001 e 2002 a associação foi desativada. Em 2003 há uma retomada sob uma direção diferente da que vinha realizando os trabalhos previamente, no entanto, o cenário mostra-se cada vez mais solitário, as reivindicações continuam sendo realizadas por aqueles que ainda permanecem no órgão, porém, a adesão popular é basicamente nula.

6.2. CONTEXTO ATUAL

Uma vez que compreendemos o contexto histórico que levou a constituição do bairro Nossa Senhora de Fátima podemos então abordar o seu contexto atual. Os principais acessos do bairro são a rua Nossa Senhora de Fátima, homônima ao bairro e que pode ser reconhecida como seu principal acesso. A escadaria, que é reconhecida pelos moradores pelo apelido de "escadão", se trata de um acesso unicamente para pedestres. E, por fim, a rua José Kirchmaier que também dá acesso ao bairro Serro Azul e é o acesso menos utilizado para se chegar ao bairro Nossa Senhora de Fátima. Todas essas formas de acesso acontecem através de uma das principais ruas da Cidade Alta, a Rua José Lourenço Kelmer.

Figura 24 - Indicação de acessos ao bairro Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2023.

As ruas do bairro como um todo apresentam um baixo fluxo tanto de carros quanto de pedestres. Dentro desta classificação, as ruas que possuem um maior fluxo são aquelas que fazem parte do itinerário do ônibus que supre o transporte público do bairro, devido a presença dos pontos de ônibus que acabam por gerar uma concentração de pedestres.

Como pontuado pelo mapa a seguir, apenas dois pontos de ônibus em todo o bairro possuem abrigo e, ainda assim, estes possuem uma estrutura precária que não oferece a proteção adequada às intempéries. Os demais pontos de ônibus são demarcados unicamente pelas placas, que, muitas vezes, são localizadas próximas a terrenos baldios com vegetação alta, aumentando a falta de segurança e criando uma ambiência desagradável.

Figura 25 - Mapeamento dos pontos de ônibus do bairro Nossa Senhora de Fátima e suas condições



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

Figura 26 e Figura 27 - Pontos de ônibus com abrigo do bairro Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2023.

Figura 28 e Figura 29 - Pontos de ônibus sem abrigo do bairro Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2023.

O transporte público não obteve melhorias com o passar dos anos. Há apenas um veículo que atende a população nos dias atuais. População esta que se multiplicou consideravelmente, causando a superlotação do ônibus. Ocorreram inúmeras tentativas em diferentes épocas por parte da associação dos moradores na tentativa de obter mais um veículo para o bairro, no entanto, esta reivindicação sempre foi respondida com o argumento de que o bairro não possuía moradores o suficiente para se enquadrar no perfil de bairros que recebem mais de um veículo. Além disso, a frota de automóveis da cidade de Juiz de Fora cresceu, fazendo com que os atrasos devido ao trânsito prejudiquem ainda mais a locomoção através deste meio de transporte já que o itinerário percorre a distância direta entre o centro da cidade e o bairro, um trajeto que se torna extenso somado ao trânsito dos horários mais intensos.

Figura 30 - Ônibus 547 que atende o bairro Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Arquivo próprio, 2022.

A tipologia encontrada no bairro é majoritariamente residencial, mas, já podem ser encontrados estabelecimentos de uso misto em que o térreo é utilizado como comercial. Também são encontrados alguns estabelecimentos institucionais, como por exemplo igrejas. O uso exclusivo comercial só pode ser encontrado na rua José Lourenço Kelmer. No mapa a seguir também foi pontuado os terrenos que atualmente não possuem nenhuma espécie de utilização e que majoritariamente não tem uma manutenção adequada causando transtornos consequentes da vegetação sem poda.

Figura 32 - Mapa de Gabaritos do bairro Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

Segundo a Legislação Urbana de Juiz de Fora (2019), o bairro Nossa Senhora de Fátima faz parte da Unidade Territorial II (UT II), permitindo portanto os modelos de parcelamento MP3 E MP2. Os zoneamentos autorizados são o ZR1 e o ZR3. A Zona Residencial 1 permite residenciais unifamiliares, comércio e serviços do grupo L2 pequenos e instituições de médio porte. Já a Zona Residencial 3 permite residenciais tanto unifamiliares quanto multifamiliares, comércio e serviços

dos grupos L1⁶, L2⁷ e L3⁸ pequenos, instituições de médio porte e indústrias de pequeno porte. O modelo de ocupação em todas as tipologias da ZR1 é o M1, já na ZR3 o modelo na tipologia residencial vai até o M2 e as demais tipologias se enquadram no M1.

Os dados referentes às características socioeconômicas do bairro são praticamente inexistentes e esta realidade possivelmente só será alterada após a obtenção dos dados do censo realizado no ano de 2022 pelo IBGE, o que ainda não foi disponibilizado no período de confecção deste trabalho. No entanto, no que se refere ao padrão econômico dos moradores do bairro Nossa Senhora de Fátima temos a seguinte informação:

As diferenciações internas podem ser verificadas, igualmente, pelos índices de rendimento médio dos chefes de família que, apesar de, no geral ser de 2,9 salários mínimos, apresentam fortes disparidades entre os mais de 10 salários mínimos do Imperador, até os menos de 2 salários mínimos do Bairro N. Sra. de Fátima; é também alta a proporção dos rendimentos até 2 salários mínimos (60,20% na média da RP) em todos os bairros (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2004. p.66).

É notório que cerca de 18 anos após este levantamento citado, que correlaciona o poder econômico de diferentes regiões da Cidade Alta, que as características socioeconômicas do local vem se alterando, e isso pode ser percebido também pelas características das edificações que vem sendo construídas recentemente, que sugerem através de seu maior padrão construtivo um maior poder econômico. No entanto, no período do levantamento temos as seguintes percepções das construções do bairro:

⁶ Compreende em resumo segundo a Prefeitura de Juiz de Fora (2019): representações comerciais, escritórios de profissionais, empresas e firmas de prestação de serviços profissionais e técnicos, revenda de automóveis, sala de acesso à internet com ou sem cafeteria e/ou lanchonete, salão de beleza, salão de cuidados de animais domésticos (banho, tosa e petshop sem comércio de rações e de animais), salgadeira e/ou doceira, sapateiro, saúde humana e serviço de buffet com ou sem aluguel do local. Os pormenores devem ser consultados na respectiva legislação.

⁷ Compreende em resumo segundo a Prefeitura de Juiz de Fora (2019): endereços comerciais, referências fiscais e atividades exercidas pelo próprio interessado, profissional autônomo, firma individual, microempresa e empresas de pequeno porte, no âmbito da residência de seus titulares. Os pormenores devem ser consultados na respectiva legislação.

⁸ Compreende em resumo segundo a Prefeitura de Juiz de Fora (2019): comércio de papel e garrafa, conserto de bicicletas, conserto de estofados, dedetização, fabricação e reforma de móveis, oficina mecânica, pintura de placas e letreiros, reparação em risco de automóvel (sem lanternagem), reparação manutenção e conservação de veículos automotores incluindo parte elétrica, som e alarme (sem lanternagem) e venda de material de construção. Os pormenores devem ser consultados na respectiva legislação.

Convivendo com os padrões apontados, encontram-se, sobretudo, no Bairro N. Sra. de Fátima, várias áreas subnormais, como no Jardim Casablanca, Jardim de Fátima e Adolfo Vireque, caracterizadas por ocupações que situam-se nas vizinhanças das áreas mais valorizadas, como as do Condomínio Jardins Imperiais, Parque Imperial e Granville. Há, contudo, investimentos públicos nessas áreas mais carentes, como a regularização fundiária, a extensão de redes de água e esgoto e o calçamento de vias (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 2004. p.66).

Atualmente, se tratando dos aspectos morfológicos do bairro podem ser identificados dois padrões construtivos. São eles os padrões baixo e médio, e estes, são classificados de acordo com o universo de tipologias identificado dentro do próprio bairro. Esse esclarecimento se dá pois é possível que sejam encontrados em outras regiões da cidade com essas classificações e que morfologicamente se apresentam ou muito melhores que as colocadas aqui enquanto médias ou piores do que as colocadas como baixo padrão construtivo.

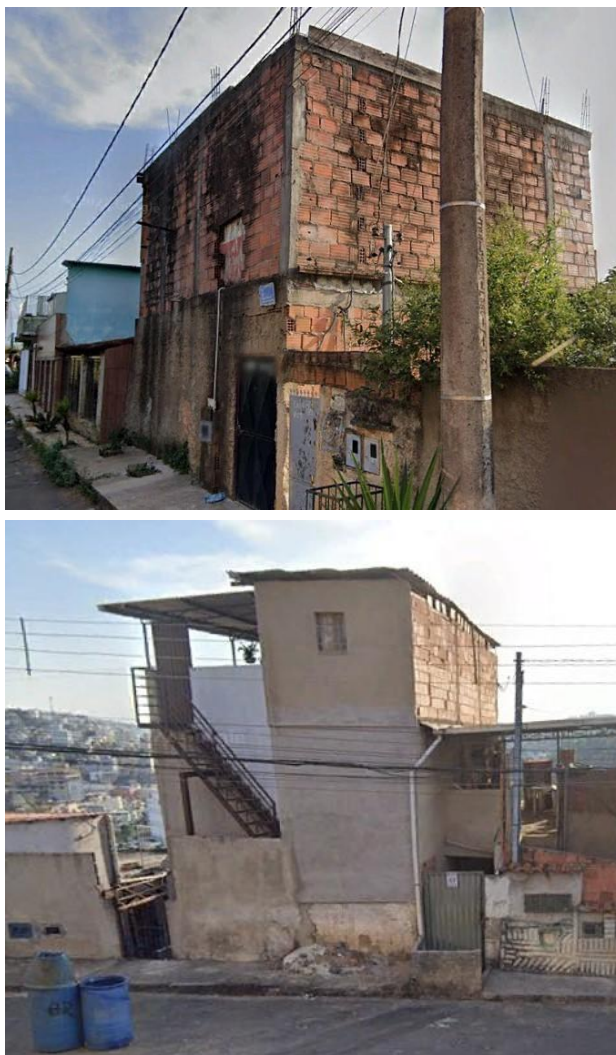
As construções com baixo padrão construtivo, são caracterizadas pelas alvenarias expostas sem acabamento, coberturas precárias ou inexistentes e grande presença de patologias provenientes do contato com a água.

Figuras 33 e 34 - Edificações com baixo padrão construtivo do bairro Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2023.

Figuras 35 e 36 - Edificações com baixo padrão construtivo do bairro Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2023.

Existem também construções de médio padrão construtivo, que se subdivide em diferentes tipologias. Nestas, há acabamentos variados nas alvenarias como pintura e/ou outras espécies de revestimentos. As coberturas são melhores executadas, podendo ser encontrados lajes impermeabilizadas, telhados embutidos e coloniais. É visível o cuidado na colocação dos acabamentos em pedra que contribuem para dificultar o aparecimento de patologias causadas por água, como as pingadeiras, cuidados estes úteis para diminuir a frequência da manutenção das edificações. Em alguns casos é perceptível visualizar uma permeabilidade nas fachadas criadas através das aberturas dos portões que cria uma interação entre interior e exterior da residência. Já em outros, ocorre o mesmo observado nas

edificações de baixo padrão construtivo, muros altos que inibem a relação da residência com as ruas.

Figura 37 - Casa de médio padrão construtivo do bairro Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2022.

Figura 38 - Casa de médio padrão construtivo do bairro Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2022.

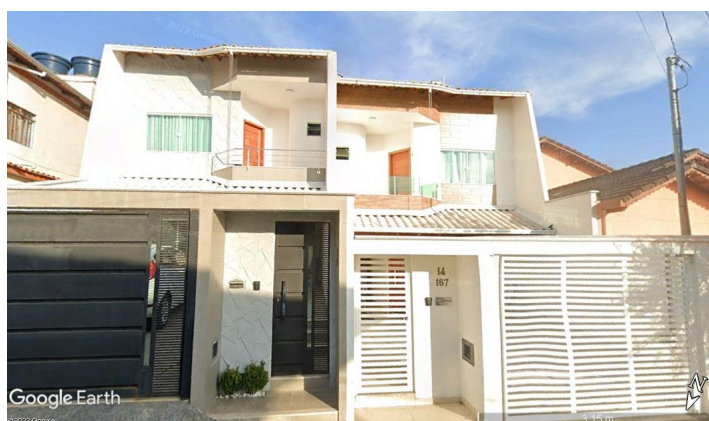
Figura 39 e 40 - Casas de médio padrão construtivo do bairro Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2022.

Um ponto interessante de se observar nessa distribuição de construções no bairro é que a maioria das edificações de maior padrão construtivo estão localizadas no que no passado foi considerado o loteamento Planalto. Este teria sido o último loteamento a ser implantado na região e, que portanto, já encontrou o atual bairro Nossa Senhora de Fátima com infraestrutura superior à encontrada pelos dois loteamentos implantados anteriormente.

Figura 41 - Casa de médio padrão construtivo do bairro Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2022.

Atualmente o bairro vem passando por um processo em que cada vez mais edificações tidas como padrão construtivo mediano são construídas, causando aos poucos uma mudança do perfil populacional observado previamente na região. Aos poucos, é notável que as influências da especulação imobiliária começam a atingir um bairro até então ermo e invisível tanto pelo poder público quanto por aqueles que não o habitam.

Grande parte das problemáticas identificadas na construção do bairro são pertinentes até os dias atuais. O único acesso do bairro exclusivo a pedestres, o escadão segue com iluminação insuficiente que acaba por gerar uma sensação de insegurança no período noturno. Os terrenos adjacentes à escadaria pertencem à UFJF e a Paróquia Nossa Senhora de Fátima respectivamente, e passam grande parte do ano com vegetação alta, facilitando o esconderijo de animais como cobras que costumam aparecer em estações mais quentes como o verão. Além disso, o local não recebe quaisquer manutenções concedidas pelo órgão municipal, como por exemplo a limpeza através de varrição que é realizada pelos moradores que residem nas adjacências da escada. Todos estes fatores prejudicam o acesso a este equipamento que facilita o trajeto na topografia em desnível do bairro e que merecia maior valorização por ser um facilitador diário e por ser um exemplo concreto das infraestruturas produzidas pelos moradores através da autoconstrução.

Figura 42 - Escadão do bairro Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Arquivo próprio, 2022.

A iluminação pública geral do bairro é satisfatória. No entanto, não foi atualizada como as vias principais da Cidade Alta para a iluminação de LED, o que pode ser pontuado como um recente preterimento da região aos olhos do governo municipal.

Figura 43 - Mapa de Iluminação Pública do Bairro Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

A questão do abastecimento de água teve um agravante com a chegada dos moradores do Condomínio Santa Maria. As mais de 100 famílias representaram um acréscimo relevante no sistema, que não foi capaz de suprir a demanda. Após alguns meses a situação foi normalizada mas o quadro se repete ocasionalmente.

O sistema de captação de águas pluviais também segue inexistente na infraestrutura do bairro e, nos períodos chuvosos, as ruas que na atualidade contam com pavimentação tornam-se precarizadas pelo surgimento de buracos. Além disso,

as enxurradas provocadas pela declividade nas ruas faz com que as casas localizadas nas bases do morro sejam prejudicadas por inundações.

Figura 44 - Barragem construída por moradores



Fonte: Arquivo próprio, 2022.

6.3. SITUAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS NO BAIRRO

O bairro Nossa Senhora de Fátima faz parte das inúmeras áreas periféricas que não são contempladas por políticas do poder público que incentivem o lazer, apesar deste, como já citado em outros momentos na presente pesquisa, ser um direito garantido por Constituição.

[...] Registra-se o tratamento injusto dado à maioria das populações urbanas, pobres que não merecem atenções maiores, sendo quase todos os investimentos públicos relativos ao lazer concentrados nas seções mais ricas e valorizadas da cidade (SANTOS e VOGEL, 1985, p.8).

O desejo por um local destinado ao lazer começa a ser pontuado nos relatos do ano de 1992 e também é levado como pauta ao poder público juntamente com as questões de abastecimento de água, asfaltamento e energia. Isso demonstra que mesmo no início, quando o bairro apresentava uma estrutura precária o lazer se demonstrava um direito não conferido a esta população que já reconhecia a sua importância. Outra questão que pode ser associada à falta de espaços que ofereçam

a oportunidade de experienciar o lazer são os relatos de atos de vandalismo exercidos por crianças no bairro e demais atividades realizadas por elas que incomodavam os adultos. Uma vez que as oportunidades de divertimento eram escassas, pode-se dizer que elas obtinham divertimento de formas inadequadas.

Figura 45 - Reportagem onde os moradores reivindicam sede comunitária e praça

Envie sua sugestão de pauta ou flagrante fotográfico acompanhado de nome completo, endereço e/ou sua foto (se quiser ser identificado), para **Redação da Tribuna**, rua Espírito Santo 95 ou redacao@tribunademinas.com.br

Moradores reivindicam sede comunitária e praça

GLISON ASSIS/27-07-05

A pesar de quase meio século de existência, o Bairro Nossa Senhora de Fátima ainda enfrenta problemas em decorrência das condições precárias de sua infra-estrutura. Em várias ruas, não há rede de captação de águas pluviais. A falta de meio-fio e a de calçamento também estão entre as dificuldades enfrentadas pela comunidade. Mas, para a Associação dos Moradores dos Bairros Nossa Senhora de Fátima e Cidade Universitária, a principal reivindicação é a construção da sede própria. Sem um local adequado para funcionar, a entidade depende da boa vontade dos moradores.

Atualmente, os seus membros se reúnem em uma garagem. Integrantes da associação, a costureira Darli Rodrigues dos Reis, 40 anos, e a técnica de informática Elisiane Silva dos Santos, 32, explicam que existe um local para abrigar a sede - um terreno próximo às ruas Fátima Rad Zogbi e Romeu Orlando. Na área, é possível ver um campo improvisado, onde a associação realiza as atividades recreativas para crianças e jovens da comunidade. "Aqui, deveria funcionar uma praça poliesportiva. Já tem



ALTERNATIVA: moradores mostram terreno onde poderia ser construída a sede própria da associação do bairro

até uma maquete. Mas a Prefeitura alega que não há verbas para a sua construção", lamenta Elisiane.

As duas líderes comunitárias contam que a população perdeu muitas oportunidades de frequentar cursos por falta de um espaço adequado. "Perdemos um curso da UFJF porque não tínhamos local. Agora, as aulas estão sendo oferecidas na Igreja de São Pedro, mas muitos moradores daqui não têm como se deslocar até lá. O nosso interesse é trazer esses cursos para cá, para não depender de ônibus", frisa Darli. Com uma sede, seria também possível oferecer reforço escolar. "A nossa maior carência é a educação" resume Elisiane.

A assessoria da Secretaria de Política Urbana (SPU) informa que a atual administração possui um projeto para a construção de uma praça no local. O orçamento deste ano, no entanto, não contempla a obra. Quanto à sede da associação de moradores, o órgão explica que o prédio não é obrigação da Prefeitura, mas que é possível negociar a sua construção, em regime de mutirão. Mesmo com as dificuldades atuais, a associação não deixa de realizar os eventos voltados para a comunidade. Uma grande festa já está programada para acontecer no dia 7 de setembro, no campo do Bairro Nova União, onde dança para a terceira idade, jogos e dança prometem animar a região.

Reclamações e sugestões para coluna Seu Bairro devem ser enviadas Tribuna de Minas - Coluna Seu Bairro - Rua Espírito Santo 95 - CEP: 36.036-020 - JF (MG) - Ou por e-mail: redacao@tribunademinas.com.br

Fonte: Jornal Tribuna de Minas, 2005.

Na planta do loteamento Nossa Senhora de Fátima já apresentada anteriormente podemos perceber a existência de um local que seria destinado a locação de uma escola e de uma praça. A escola, como sabemos na atualidade, jamais foi construída, mas o local foi apropriado pelos moradores com a função de área de lazer. Havia no terreno traves nas extremidades, obtidas através de colaboração entre os moradores, e o local funcionava como um campo de futebol, reunindo pessoas de todas as faixas etárias, mas majoritariamente crianças. Este espaço tem uma importante participação na memória popular da região, pois foi o

cenário em que muitos aprenderam a andar de bicicleta e onde ocorriam as confraternizações da comunidade. Ou seja, mesmo se tratando de um ambiente de estrutura informal e improvisada, as apropriações empregadas nele fizeram com que obtivesse a identificação e o afeto dos moradores, se tornando um local marcante na história do bairro.

Figura 46 - Campinho de futebol do bairro Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2011.

Figura 47 - Campinho de futebol do bairro Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2011.

Figura 48 - Campinho de futebol do bairro Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2011.

Figura 49 - Campinho de futebol do bairro Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Google Earth, adaptado pela autora, 2011.

Em meados de 2012 os moradores receberam a notícia de que o terreno que utilizavam como espaço dedicado ao lazer se tornaria o logradouro de um condomínio de interesse social do programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida. As edificações acrescentariam a população do bairro cerca de 100 famílias, um aumento considerável que não foi acompanhado pela melhoria das infraestruturas usufruídas pela população. A notícia foi recebida com indignação por parte dos

moradores, que além de reclamarem a perda do espaço alegaram não terem sido notificados de uma mudança que alteraria toda a dinâmica do bairro e que em sua perspectiva os prejudicaria. A mobilização popular contra a construção do condomínio originou um abaixo assinado e muitos foram os ofícios encaminhados aos órgãos do poder público como o que pode ser observado no trecho a seguir.

Além de requerer seu direito social à preservação da única área de lazer do bairro, a comunidade lamenta que a Prefeitura tenha acenado com a construção de tal empreendimento sem ter feito nenhum tipo de Estudo de Impacto de Vizinhança, ou mesmo algum tipo de consulta popular sobre o assunto. [...] Por estas razões, a comunidade solicita que a Prefeitura reconsidere sua decisão de extinguir a única área de lazer do bairro e não inicie a construção de tal empreendimento, pois isto seria uma perda irreversível para toda a comunidade, além de alterar a dinâmica de todo o bairro, que seria muito prejudicada com impacto da construção deste residencial, tendo em vista suas característica sócio-espaciais. Sendo assim, os moradores enquanto cidadãos contribuintes, requerem que a Prefeitura respeite o projeto do bairro e invista na melhoria dos serviços prestados, oferecendo à população o equipamento comunitário - aqui representado pelo espaço de lazer - e invista no desenvolvimento planejado e de qualidade, tendo em vista a melhoria das condições de vida coletiva, em seu aspecto físico/social (JUIZ DE FORA, Associação de Moradores de Fátima e Cidade Universitária, 2013).

Ademais, houve uma somatização da perda de sua única área livre destinada ao lazer com o estranhamento em receber novos moradores. Isto se relaciona com o que foi discutido no tópico “Espaços livres e o senso de comunidade”, o “ter tempo de bairro” que segundo Santos e Vogel (1985) é possuir uma história com o local e com os que vivem com ele, o que não foi possível em um primeiro momento para os novos moradores e que conseqüentemente criou um distanciamento entre eles e os moradores mais antigos naquele período.

A perda do antigo campinho de futebol em termos temporais pode ser associada com a intensificação do afastamento dos moradores da associação, o que fortalece novamente a hipótese de que a presença de espaços urbanos livres têm influência sobre o senso de comunidade. Isto pode ser dito, por o local se tratava do único ambiente que pertencia a comunidade como um todo e que portanto, era um símbolo que fomentava a identificação dos moradores com o bairro por se tratar de um ambiente coletivo.

Infelizmente, esta série de fatores foi conclusiva para que atualmente sejam vistas cada vez menos pessoas ocupando os espaços urbanos livres que restaram no bairro, ou seja as ruas, pois até mesmo elas não oferecem um ambiente

qualitativo que inspire o desejo dos moradores de ocupá-las. A ciência da população de seus direitos enquanto cidadãos acabou por não surtir resultado na tentativa de reivindicar o único espaço urbano destinado ao lazer que possuíam, e, até os dias atuais em que o bairro conta com uma população expressivamente superior esta lacuna não foi solucionada e seus impactos se tornam cada vez mais evidentes.

6.4. PROBLEMÁTICAS E POTENCIALIDADES

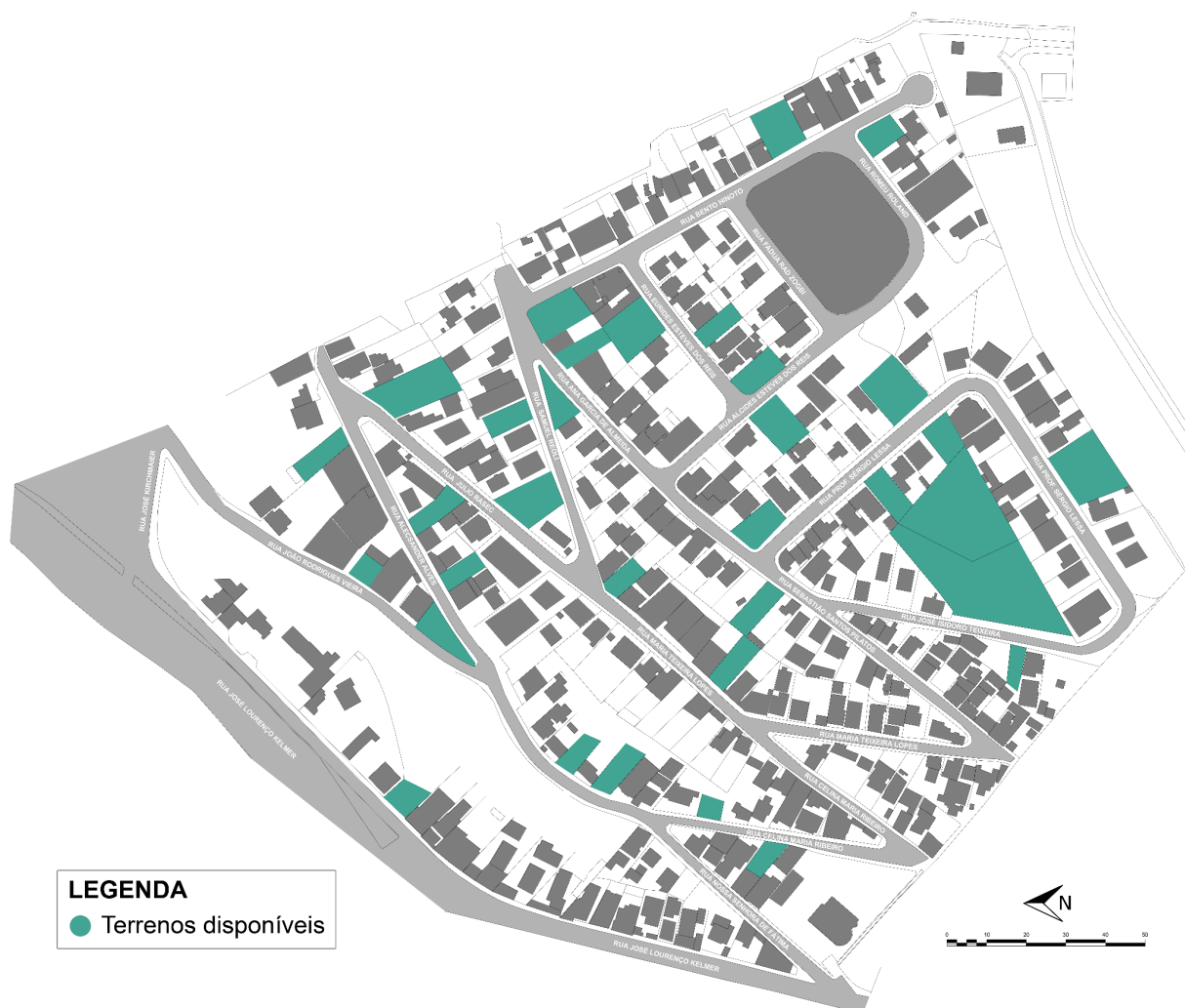
Após entender as características do local de análise visamos sintetizar suas problemáticas e potencialidades para que estas sirvam como norte para a decisão de como e onde intervir no bairro Nossa Senhora de Fátima.

Começando pelas ruas, é sabido que a maioria delas tem larguras insuficientes, calçadas estreitas e muitas vezes inexistentes. Estes são fatores que podem ser apontados como motivos para o distanciamento da presença dos moradores destes espaços livres, uma vez que a sua qualidade não tem se demonstrado atrativa, dificultando a caminhabilidade e a acessibilidade. Além disso, como vimos ao longo das leituras ressaltadas durante a presente pesquisa, as ruas têm função fundamental como elemento de interação social e devem ter sua funcionalidade equilibrada entre favorecer pedestres e motoristas. Outra forma de acesso que se encontra precarizada é o escadão, um elemento que foi construído e mantido através do esforço popular e que infelizmente sofre com a falta de iluminação e com elementos dos terrenos adjacentes, mas que por fazer parte tanto da história quanto do dia a dia dos moradores merece uma intervenção que faça com que seu acesso seja facilitado e que dentro das suas possibilidades se torne um ambiente de qualidade.

Os terrenos vazios encontrados na região podem ser identificados como uma quebra na continuidade da paisagem, e os incômodos causados pela falta de manutenção destes são vivenciados pelos moradores. No entanto, estas áreas representam uma grande potencialidade se houver a possibilidade de conferi-las uma função social que seja útil ao bairro. Ainda mais se tratando de um bairro que tem seu adensamento populacional em ascensão, áreas livres de construções estão se tornando aos poucos escassas e portanto as oportunidades atuais devem ser

aproveitadas para que a função social destes ambientes seja revertida para o bem popular.

Figura 50 - Mapeamento dos terrenos disponíveis no bairro Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Produzido pela autora, 2023.

O bairro de fato possui diversas carências, muitas delas sendo dificilmente revertidas, mas a falta de equipamentos destinados ao lazer é um destes elementos desejados pela população há anos. De fato, espaços com equipamentos que incentivem o lazer e a interação social entre os moradores podem ser instrumentos de extrema importância na manutenção da memória popular e na reivindicação dos espaços públicos.

Em síntese, estes serão os pontos sobre os quais o projeto a ser realizado conferirá prioridade. Ou seja, melhoria na caminhabilidade através do aumento da

qualidade das calçadas e demais infraestruturas que sejam compreendidas dentro deste fim, melhoria do equipamento escadão e apropriação de terrenos inutilizados com o objetivo de criação de espaços destinados ao incentivo do lazer e ao encontro entre moradores.

7. DIRETRIZES PROJETUAIS

Diante do que foi exposto nesta monografia, é perceptível o papel social conferido aos espaços livres urbanos e também a sua respectiva influência na construção das interações sociais entre as pessoas. Mais especificamente no caso do bairro Nossa Senhora de Fátima ficou demonstrada a valorização dada por seus fundadores em conferir ao local a devida qualidade urbana necessária a sua vivência. Infelizmente, mesmo com todo o esforço empregado por eles, o bairro ainda tem lacunas em sua infraestrutura na atualidade.

Por isso, como uma forma de valorização da memória daqueles que tanto lutaram por uma comunidade que ainda hoje não usufrui totalmente de recursos que são seus por direito é que uma das propostas desta monografia são as melhorias em infraestruturas como os acessos ao bairro, através da melhoria da qualidade das ruas, das calçadas e de equipamentos como o apelidado “escadão”. Tal intervenção favorece também o incentivo ao pedestrianismo, elemento fundamental na manutenção da vitalidade dos espaços livres urbanos, uma vez que se estes possuem qualidade ocorre a maior atração de pessoas para experienciá-los.

Um ponto marcante na história do bairro é a perda do espaço que se apropriavam enquanto campo de futebol. De fato, a perda do local retirou dos moradores sua única área de lazer, que era extremamente valorizada por eles mesmo possuindo uma estrutura precária. O espaço representou mais uma vez as negligências conferidas ao bairro pelo poder público, que novamente ignorou suas reivindicações. Por isso, se demonstra relevante a estruturação de espaços que sirvam de exercício ao lazer, ao ócio, às interações sociais e aos esportes. Como observado durante a pesquisa, a setorização do espaço urbano acaba por delimitá-lo não deixando brechas para as apropriações que são importantes para a vitalidade dos espaços livres. Dessa forma, as intervenções serão distribuídas ao longo do desenho urbano do bairro, de forma que tais atividades não sejam centralizadas e seus impactos abranjam um maior perímetro.

Para isso, serão utilizados alguns dos diversos terrenos vazios, classificados por Carneiro e Mesquita (2000) como espaços livres potenciais, que são encontrados no bairro e que não estão cumprindo a sua função social. O Estatuto da Cidade, Lei nº10257 de julho de 2001 em seu segundo capítulo descreve como este procedimento é feito. Em seu Art.5º é dito que:

Art. 5º Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação (BRASIL, 2001).

A participação da população em projetos deste cunho é fundamental para a maior compatibilidade dos desejos dos usuários com o que se pretende ser executado. No entanto, se tratando de um trabalho acadêmico surgem as dificuldades em relação a submissão ao comitê de ética quaisquer espécies de consulta à população, como questionários e/ou entrevistas. Infelizmente, este se trata de um processo que não acompanha o período disponibilizado para a produção da monografia e que portanto não pode ser realizado neste caso. Porém, sabendo da importância da participação popular nesta modalidade projetual, acredita-se que o fato da autora ser também moradora do bairro e portanto portadora de todas as vivências que esta situação a conferem, assim como os demais familiares desta, o projeto não será distanciado do considerado ideal para os possíveis usuários da região.

8. CONCLUSÃO

O presente trabalho tinha como objetivo descrever a história dos moradores do bairro Nossa Senhora de Fátima que nunca antes foi contada e valorizada, isto foi realizado através da metodologia baseada na observação assistemática e na documentação indireta. Esta história é permeada por luta social por melhorias em suas condições de vida, condições estas que ainda hoje são renegadas em alguns aspectos ao bairro e também a muitos brasileiros e brasileiras, mesmo que estas nos sejam garantidas por Constituição. Este objetivo foi cumprido, e a partir de então este trabalho servirá não só como um estudo visando a elaboração de um projeto urbanístico, mas também como um documento de registro desta história que possui uma significação pessoal para mim, uma vez que sou parte dela e que a considero digna de ser memorada.

Outro objetivo descrito ao longo da pesquisa era a discutir a possível relação entre a manutenção de um senso de comunidade e a existência de espaços urbanos livres destinados ao lazer. Ficou demonstrado através do exemplo do bairro Nossa Senhora de Fátima, que a perda de seu campinho de futebol, mesmo que este não se classificasse na visão geral enquanto um espaço qualitativo devido a precariedade de suas instalações e também pelo preconceito renegado a espaços que não se enquadram na classificação dos formalmente constituídos, foi um fator fundamental no declínio da interação entre os membros dessa população entre si e com o bairro em que vivem.

O projeto urbanístico proposto parte do desejo de honrar os esforços dessas pessoas que mesmo com tantas adversidades perseveraram e lutaram por seus direitos e para que aqueles que convivem no bairro na atualidade possam ter uma vivência mais qualitativa. Tudo isto, também fundamentado pela correlação construída ao longo da pesquisa que demonstrou a importância da existência de espaços de convivência na qualidade de vida das pessoas e também na vitalidade que este tipo de espaço propiciará para o bairro como um todo. A consequência desta espécie de intervenção trata-se de uma via de mão dupla, pois de um lado os espaços urbanos destinados ao lazer irão contribuir para a qualidade espacial e em consequência a presença de pessoas atraídas por esta característica confere a vitalidade almejada nestes espaços e que beneficia também a elas próprias, pois passarão a conviver em locais mais seguros e qualitativos.

Rolnik (2000) nos fala da importância dos espaços urbanos estarem constituídos sob uma política de anti exclusão, que organize as heterogeneidades visíveis na paisagem urbana e não se livre delas, incentivando a convivência entre diferentes públicos, diminuindo a segregação e as distâncias sociais. Diante do exposto, é importante assegurar espaços que não propaguem instrumentos incentivadores de discriminação social, de gênero, capacitativa e/ou racial. Os espaços livres urbanos devem ser plurais e incentivadores da diversidade, serem capazes de acolher pessoas de diferentes tipos, e mitigar ao máximo as características que possam influir na dificuldade de acesso de determinada parcela da população, ou seja, devem ser acessíveis e acolhedores.

Para isso, é necessário primeiramente que existam mesmo nos locais considerados ermos da malha urbana, para servirem de instrumento de coletividade e união entre estas comunidades. O espaço urbano precisa ser reivindicado pelo povo e deve atender as necessidades destes de maneira igualitária e não mais segregatória e servindo de instrumento para valorizar regiões de acordo com os desejos do mercado imobiliário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE FÁTIMA. Juiz de Fora. **Ata das reuniões realizadas entre 25 de Outubro de 1983 a 5 de Maio de 1996**. Livro A-5, p.1-100.

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE FÁTIMA. Juiz de Fora. **Ata das reuniões realizadas entre 5 de Maio de 1996 a 23 de Setembro de 2013**. Livro A-5, p.1-44.

BANCO MUNDIAL. **Prosaneer: experiências inovadoras em saneamento para as populações de baixa renda no Brasil**. Relatório. Brasília, s.d.

BARATTO, R. **“Isso não é um terreno baldio”: Reconvertendo lugares vazios do espaço público [Parte I]**. ArchDaily Brasil, 2014. Disponível em <https://www.archdaily.com.br/br/01-189032/isso-nao-e-um-terreno-baldio-reconvertendo-lugares-vazios-do-espaco-publico-parte-i>, acessado em 02 de Janeiro de 2023.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil.

CARNEIRO, A. R. S.; MESQUITA, L. B. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983. 208 p.

DAMATTA, Roberto; **A casa & a rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 164 p.

DE OLIVEIRA, Márcio Piñon. **Projeto Rio Cidade: intervenção urbanística, planejamento urbano e restrição à cidadania na cidade do Rio de Janeiro**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, v. 12, 2008.

FRANCO, José Tomás. **“Esto no es un Solar”: Reconvirtienddo parcelas vacías en espacio público [Parte II]**. ArchDaily Espanha, 2014. Disponível em <https://www.archdaily.cl/cl/02-349303/esto-no-es-un-solar-reconvirtienddo-parcelas-vacias-en-espacio-publico-parte-ii>, acessado em 02 de Janeiro de 2023.

GERALDO, Watuse Mirian de Jesus. **Novas Dinâmicas Socioespaciais na Cidade Alta de Juiz de Fora – MG**. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2011.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 272 p.

HOTZ, Vera. **Bairro Nossa Senhora de Fátima**. Panorama, Juiz de Fora, 14 de Novembro de 2004. Caderno Comunidade.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Esta obra foi originalmente publicada em inglês: *The Death and Life of Great American Cities*, 1961. 532 p.

JUIZ DE FORA. **Associação de Moradores de Fátima e Cidade Universitária**. Ofício s/n. Juiz de Fora: AMFCU, 7 jan. 2013. Assunto: Ocupação de área de lazer.

LAMAS, J. M. R.G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2010. 582 p.

MACKENZIE, A. **Estónoesunsolar: Finding Opportunity in Emptiness in Zaragoza, Spain**. Project for Public Spaces, 2015. Disponível em <https://www.pps.org/article/not-empty-plot-finding-opportunity-emptiness-historical-city-zaragoza-2>, acessado em 02 de Janeiro de 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 368 p.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. **Apropriações do espaço público: alguns conceitos**. Estudos e pesquisas em Psicologia, v. 7, n. 2, p. 296-306, 2007.

PARMEZAN, Isabela Chaves. **Qualidades urbanas: intervenção no bairro parque primavera**. Monografia (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho. São Paulo, 2017.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Rio Cidade: o urbanismo de volta às ruas / IPLANRIO**. Rio de Janeiro: Mauad, 1996. 131 p.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **História da Cidade**. Disponível em <https://pjf.mg.gov.br/cidade/historia.php>, acessado no dia 23 de Novembro de 2022.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. Secretaria de Atividades Urbanas. **Legislação Urbana Juiz de Fora - Compilação atualizada**. 3 ed. Juiz de Fora, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. **Juiz de Fora Sempre. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Juiz de Fora**. Lei n.9811/00. Juiz de Fora (MG): FUNALFA Edições, 2004.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ROLNIK, R. **O lazer humaniza o espaço urbano**. In: SESC SP. (Org.). *Lazer numa sociedade globalizada*. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000.

ROSA, Cleyton Luiz da Silva; FANTIN, Natália Rosa; OKADA, Yann Souza. **A territorialização dos espaços de lazer em Juiz de Fora: direito ou privilégio?**. Periódico Técnico e Científico Cidades Verdes, v. 8, n. 21, 2020.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 3. ed. São Paulo: Projeto, 1985. 174 p.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 1.ed. São Paulo: Studio Nobel, 1985. 120 p.

SARTOR, Carlos Eduardo. **Imagem da cidade—cidade da imagem: o modelo de intervenção urbana do Rio Cidade**. Cadernos Metrópole, n. 04, p. 65-91, 2000.

TASCA, Luciane. **Percursos urbanos da Manchester Mineira: do Código de Obras de 1938 ao Plano Diretor de 2018**. Curitiba: Appris, 2022. 149 p.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983. 229 p.

VENTORIM, Fernanda et al. **Cidade contemporânea e apropriação do espaço público: notas de uma análise sensível dos espaços públicos do bairro Botafogo no Rio de Janeiro (RJ)**. In: 8 Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana. 2019. p. 879-895.